

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - CPGA**

HENRIQUE BUDAL ARINS

**MOVIMENTO SLOW: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA
DOS ENCLAVES DO ECODESENVOLVIMENTO**

**Florianópolis
2009**

HENRIQUE BUDAL ARINS

**MOVIMENTO SLOW: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA
DOS ENCLAVES DO ECODESENVOLVIMENTO**

Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à Coordenação de Pós-Graduação em Administração (CPGA). Área de concentração em Organizações e Sociedade.

Professor Orientador: Hans Michael van Bellen, Dr.

**Florianópolis
2009**

657.31
A485d

Arins, Henrique Budal.
Movimento *Slow*: uma análise sob a ótica dos enclaves do ecodesenvolvimento. /
Henrique Budal Arins – Florianópolis, 2009.

99 f. Fig., Quadros.

Orientador: Hans Michael van Bellen
Dissertação (Mestrado em Administração) Curso de Pós-Graduação em Administração.
Universidade Federal de Santa Catarina.

Inclui Bibliografia

1. Teorias de Desenvolvimento. 2. Ecodesenvolvimento. 3. Racionalidade. 4.
Movimentos *Slow*. I. Hans Michael van Bellen. II Universidade Federal de Santa Catarina. Curso
de Pós-Graduação em Administração. III Título.

Henrique Budal Arins

**MOVIMENTO SLOW: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA
DOS ENCLAVES DO ECODESENVOLVIMENTO**

Este Projeto de Dissertação de Mestrado foi julgado adequado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGA/UFSC).

Florianópolis, 25 de Março de 2009.

Prof. Rolf Hermann Erdmann, Dr.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração CPGA/UFSC.

Banca Examinadora:

*Prof. Hans Michael van Bellen, Dr – Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*

*Carlos Alberto Cioce Sampaio, Dr - Membro
Universidade Regional de Blumenau – FURB*

*João Benjamim da Cruz Júnior, Dr. - Membro
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*

Dedico a todos aqueles que eu amo.

AGRADECIMENTOS

Toda a enumeração de pessoas, nesta etapa do trabalho, é ingrata. Todos que passam por nossas vidas transformam-nos, e por eles, somos responsáveis. Contudo, um sorriso no rosto de gratidão faz-se necessário, e cada um sabe a sua real importância nos apoios e alavancas destes quase 2 anos:

Pai e mãe (Ilário e Idete), pessoas que inspiram meu caráter e traduzem o meu norte.

Chefe Hans, meu paciente orientador, que teve um grande jogo de cintura para contornar minhas loucuras. E também, aos professores que quebraram a minha crista e mostraram que o mundo é maior que meu campo de visão: Benjamim, Paulo Vieira, Eloíse, Rosimeri e Cécile.

Fran, André e Onda (irmã, cunhado e sobrinha) pela estada neste período em Floripa e pelo incentivo que me deram para entrar no Mestrado.

Ricardo, pela compreensão das minhas ausências e por segurar minha barra com o Napperon. Sílvia, Allan, Ingrid, Mônica, Diogo e todos os meus amigos que constituem meu porto seguro.

Aos Diretores da Copapel, Narcizo e Carlos, por entender meu afastamento neste período.

À Marina e ao Prof. Rolf, pela primorosa conduta do CPGA.

Aos eternos amigos do mestrado que me ensinaram outros horizontes e teimosias: Kettle, Kelly, Karin, Rejane, Ângelo, Karla e todos os demais.

À galerinha do Observa: Ana, Danilo, Lucas, Guilherme, Melissa, Bruna e Marco.

Aos meus alunos que provocam minha sede.

Agradecimento especial à CAPES pelo apoio à pesquisa através da bolsa de estudos.

A todos os pesquisadores utilizados, que facilitaram enormemente meu trabalho por abrir um caminho para eu continuar.

Mesmo quando tudo pede / Um pouco mais de alma / A vida não pára... / Enquanto o tempo / Acelera e pede pressa / Eu me recuso / Vou na valsa / You na valsa / A vida é tão rara... / Enquanto todo mundo / Espera a cura do mal / E a loucura finge / Que isso tudo é normal / Eu finjo ter paciência... / O mundo vai girando / Cada vez mais veloz / A gente espera do mundo / E o mundo espera de nós / Um pouco mais de paciência... / Será que é tempo / Que lhe falta pra perceber? / Será que temos esse tempo / Pra perder? / E quem quer saber? / A vida é tão rara / Tão rara...

(Lenine e Dudu Falcão)

RESUMO

ARINS, Henrique Budal. Movimento *Slow*: uma análise sob a ótica dos enclaves do ecodesenvolvimento. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração (CPGA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.

Orientador: Hans Michael van Bellen, Dr.

Defesa: 25/03/2009.

Esta dissertação objetiva a percepção dos enclaves do ecodesenvolvimento no movimento *slow*. Para este diagnóstico, contextualizam-se as teorias tradicionais e os modelos de desenvolvimento pela racionalidade instrumental, que pressupõem o mercado como única arena das necessidades humanas, sociais e ambientais. Contudo, criticam-se as conseqüências negativas do nivelamento mercantil e sua unidimensão. Vários autores respondem que o desenvolvimento deve fomentar a racionalidade substantiva para uma mudança de paradigma em oposição ao *mal desenvolvimento*. O ecodesenvolvimento, enquanto planejamento, volta-se ao território para alavancar o desenvolvimento com respeito à diversidade ecossistêmica e à cultura local, o suporte de tecnologias para o uso parcimonioso de recursos naturais e de tecnologias limpas. Também, percebe as relações de demanda pelos modelos culturais da sociedade, seu estilo de vida e suas estruturas de consumo como indicadores da legitimação de outro modelo de desenvolvimento. Os movimentos *slow* apontam a necessidade de uma desaceleração (quebra da lógica produtiva) e o resgate de valores integrativos e colaborativos pela sociedade, considerando várias esferas de necessidades humanas. Seus projetos têm forte ligação com o desenvolvimento territorial sustentado e com a preservação ambiental e cultural das localidades. Considera-se, então, o rumo de uma globalização virtuosa, em que se respeitem as pequenas produções e o comércio local com intuito da não massificação cultural e utilização responsável dos recursos.

Palavras-chave: **desenvolvimento; ecodesenvolvimento; racionalidade; estilos de vida; movimentos *slow*.**

ABSTRACT

ARINS, Henrique Budal. Slow Movement: an analysis from the perspective of the ecodevelopment's enclaves. 2009. 99 p. Dissertation (Master of Administration) - Curso de Pós-Graduação em Administração (CPGA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009.

Orientador: Hans Michael van Bellen, Dr.
Defesa: 25/03/2009.

This thesis aims at understanding the enclaves of ecodevelopment in slow movement. For this diagnosis, contextualized the traditional theories and models of development by instrumental rationality, which require the market as the only arena of human needs, social and environmental. However, criticize it the negative consequences of race and one-dimension market. Several authors reply that the development should encourage the substantive rationality for a change of paradigm in opposition to bad-development. The ecodevelopment as planning, returns to the territory to leverage the development with respect to ecosystem diversity and local culture, support technologies for the thrifty use of natural resources and clean technologies. Also, understands that the relationship of demand for society's cultural models, its lifestyle and its structures of consumption as indicators of legitimacy of another model of development. The slow movements suggest the needs for a deceleration (decline of productive logic) and the redemption of integrative value and collaborative by the society considering various spheres of human needs. Its projects have strong links with territorial sustainable development with environmental and cultural preservation of locations. It considers that the direction of a virtuous globalization, where is respect for small local production and trade with intention of no mass culture and responsible use of resources.

Key-words: **development; ecodevelopment; rationality; lifestyle; slow movement.**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS	12
1.2	JUSTIFICATIVA	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	GESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO	15
2.2	TEORIAS TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	16
2.3	A CRÍTICA AMBIENTAL	25
2.3.1	Desenvolvimento Sustentável	28
2.4	ECODESENVOLVIMENTO	31
2.4.1	Demanda no Planejamento do Ecodesenvolvimento	40
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1	PERGUNTA DE PESQUISA	50
3.2	ABORDAGEM DA PESQUISA	50
3.3	UNIVERSO E SUJEITO DE PESQUISA	52
3.4	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	54
3.5	COLETA DE DADOS	55
3.6	ANÁLISE MATERIAL	56
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE MATERIAL	58
4.1	CONTEXTO E HISTÓRIA DO MOVIMENTO <i>SLOW</i>	58
4.2	O MOVIMENTO <i>SLOW FOOD</i>	61
4.2.1	Fundação pela Biodiversidade e o Salone Del Gusto	67
4.2.2	Terra Madre	68
4.2.3	Ark of Taste	70
4.2.4	Projetos Presidia	71
4.2.5	Universidade de Ciências Gastronômicas	72
4.2.6	Comunidades Locais	73
4.3	CITTASLOW	74
4.4	OUTROS MOVIMENTOS SLOW	76
4.4.1	Slow Movement	76
4.4.2	Slow Society	78
4.4.3	We Are What We Do	78
4.4.4	Sustainable Everyday Project	79
4.5	MANIFESTAÇÕES DOS ENCLAVES	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	92
	ANEXOS	97

1 INTRODUÇÃO

A visão mecanicista¹ das teorias clássicas da administração e do desenvolvimento econômico são conseqüências da conjuntura social pós-revolução mercantil e industrial, em que o mercado abrange maior dimensão social. A relação entre homem e sociedade é subjugada ao ganho monetário e compõe uma estrutura utilitarista. Assim, os países têm por objetivo o desenvolvimento da esfera econômica para liderança e domínio mundial.

O desenvolvimento industrial provocou uma revolução econômica que implicou mudanças no comportamento social. As conseqüências são percebidas em: alterações de matrizes produtivas; objetivos e projetos de nações; relação social como reflexo da hierarquia empresarial, entre outras. Os interesses do indivíduo subordinam-se ao mercado, então, as potencialidades humanas tornam-se necessidades secundárias.

Esta conjuntura exprime um comportamento voltado à produção de riqueza, pelo acúmulo e consumo exacerbado (POLANYI, 1980). A sociedade objetiva o sistema produtivo e as relações de consumo e esquece seus resultados. A degradação ambiental, o comportamento predatório e a desigualdade social são efeitos da relação homem e meio ambiente subordinada ao mercado. Os recursos naturais têm valor econômico enquanto suprimento da cadeia produtiva. A preservação do meio não garante ganhos monetários em curto prazo e somente com uma visão utilitarista o ser humano poderia usufruir a natureza como um objeto isolável. Polanyi (1980) afirma que a natureza é posta à venda sob o nome de terra e com um preço chamado de aluguel. Estabelece uma relação entre economia e sistema social na relação de mercado, no qual a sociedade é uma parte do mercado ao invés da economia pertencer às relações sociais.

Esta dissonância entre objetivos sociais e estruturação econômica gera passivos ambientais e sociais, ao se definir como ponto de articulação a economia, ou seja, o mercado estrutura-se como aglutinador de todas as esferas sociais.

Esta pesquisa direciona-se ao diagnóstico e discussão dos atuais modelos de desenvolvimento que evidenciam a predominância de uma lógica instrumental.

¹ Utilizando o termo com relação à conduta voltada aos processos, ou conforme Capra (1996), como a separação do corpo e da mente e a concepção de universo como uma imensa máquina.

Esta lógica não somente constituída em esferas que lhe cabem como a produção, mas também como medida em áreas díspares como lazer e cultura. Levantaremos a necessidade de percepção dos núcleos que compõe a vida do indivíduo atribuindo separações do campo mercantil para o surgimento de modelos de desenvolvimento mais holísticos, como o ecodesenvolvimento.

A alternativa em relação ao maldesenvolvimento evidencia pilares no território, na diversidade cultural, na biodiversidade e no equilíbrio ambiental e social para o planejamento ambiental. Assim, as ações guiam-se para as variáveis de demanda ou de produção.

Esta pesquisa aprofunda os estudos de demanda considerando estilos de vida e utilização do tempo; modelos culturais; e estruturas de consumo, compondo as categorias de análise material do objeto de estudo. Por conseguinte, as manifestações no objeto de estudo são articuladas com as categorias análise, desdobradas como enclaves do ecodesenvolvimento.

O objeto de estudo (movimento *slow*²) é percebido como resposta à lógica produtiva incrustada no estilo de vida das sociedades. Como movimento social, propõe a transição de uma sociedade com modelos culturais guiados pela eficiência e pela síndrome do tempo para uma sociedade com modelos mais holísticos e integrativos. Suas ações partem de um manifesto que critica a lógica da eficiência no cotidiano da vida social e o diagnóstico de suas mazelas, propondo a mudança de comportamento e a re-significação de valores da sociedade.

Os movimentos têm um recorte comum no uso do tempo, característica que Sachs (1986b) apresenta como medida no diagnóstico de estilo de vida das sociedades. A aceleração constante deriva do modelo cultural vigente que é diretamente relacionado com a racionalidade dominante. Assim, o movimento sugere a desaceleração com uma nova composição de modelo cultural infringindo no estilo de vida e nas estruturas de consumo, ou seja, a alteração da racionalidade vigente. Vai além, propondo a volta à territorialidade em processos produtivos e de consumo, além da preservação do ecossistema e da diversidade cultural.

² Utilizaremos a nomenclatura em língua inglesa em detrimento ao termo em português 'devagar', por ser um movimento pouco expressivo no Brasil.

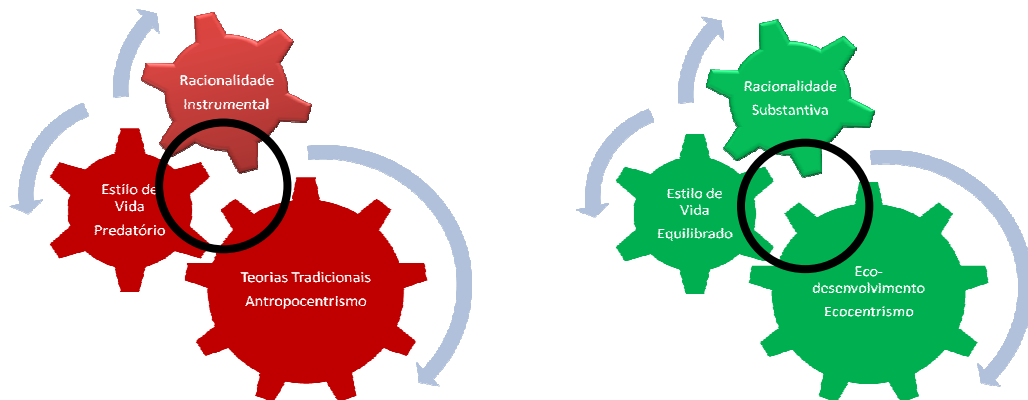


Figura 1. Relação Gráfica da Contextualização da Pergunta de Pesquisa. Fonte: Autor.

Ao perceber esta relação, questiona-se **como se manifestam os diferentes enclaves do ecodesenvolvimento no movimento *slow*?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é **analisar as manifestações dos diferentes enclaves do ecodesenvolvimento no movimento *slow***, considerando a mudança da racionalidade dominante em relação às teorias tradicionais de desenvolvimento.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, ponderam-se como objetivos específicos:

- I - resgatar as teorias de ecodesenvolvimento e estruturar os enclaves;
- II – discutir a racionalidade vigente nas teorias de desenvolvimento;
- III – diagnosticar e discutir os movimentos *slow*;
- IV – analisar os enclaves do ecodesenvolvimento no movimento *slow*;

1.2 JUSTIFICATIVA

Enquanto pesquisa dentro dos estudos da Administração, busca a discussão sobre desenvolvimento, planejamento ambiental e relações de demanda, enquadrando-se conforme a divisão **Administração Pública e Gestão Social** da **ANPAD** (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração), os estudos:

“Abordam a gestão socioambiental nas organizações públicas, privadas e não-governamentais, visando à redução dos impactos ambientais e ao aumento da eficiência do uso dos recursos nos processos produtivos. Investiga a gestão social das esferas privadas e públicas e de organizações da sociedade civil; a articulação com o desenvolvimento socioterritorial local, a gestão social de arranjos produtivos locais, os acordos ambientais, as responsabilidades ambiental e social, o controle social (conselhos gestores). Lida com as interfaces da economia solidária. Aborda a formação de inter-organizações, redes, fóruns e conselhos” (ANPAD, 2008).

Ressalta-se, ainda, a carência de estudos sobre o movimento *slow* e sua construção como movimento social, além do interesse particular do pesquisador sobre o tema e sobre o objeto de estudo.

Afora todos os questionamentos levantados e explorados na fundamentação teórica que consideram os conceitos desenvolvimento e meio ambiente, este trabalho pretende um recorte na teoria do ecodesenvolvimento para relacionar-la com o movimento *slow*, um recorte inédito.

Considerando ainda que:

- O CPGA (Curso de Pós-graduação em Administração) tem sua área de concentração em **Organizações, Sociedade e Desenvolvimento**, mantendo uma linha de pesquisa em **Organizações e Sociedade**, cujo objetivo é promover estudos sobre a relação entre organizações e sociedade como implicativo de fatores de desenvolvimento, abrangendo as questões ambientais. Dentro desta linha, percebem-se as organizações como:

“Unidades sociais dominantes no mundo moderno, passando a ter papel central nos processos de desenvolvimento nas suas diferentes abordagens (econômica, cultural, humana, local sustentável, etc). Assim, a preocupação na área envolve o estudo de diferentes abordagens teórico-metodológicas aplicadas na compreensão das relações estabelecidas entre as organizações, sua gestão, os efeitos de suas práticas, considerando diversas perspectivas de desenvolvimento. Privilegia a produção de estudos teórico-empíricos enfatizando a teoria, política e prática que possibilite compreender os determinantes do desenvolvimento da nossa sociedade. Busca-se reflexões a respeito dos novos modelos de gestão e

organização do trabalho e seus impactos no desenvolvimento sócio-econômico das localidades” (CPGA, 2008).

- O interesse **do Observatório da Realidade Organizacional** nos estudos sobre desenvolvimento e relações do homem e sociedade sobre as óticas de poder, de mercantilização e de meio ambiente;

- Os estudos do **NEPAD** (Núcleo de Pesquisa e Análise em Indicadores de Desenvolvimento) orientados para pesquisa de indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade constituídos nas esferas econômicas, sociais e ambientais;

- Ao pesquisador justificar sua curiosidade, faz-se pelos prazeres pessoais que permite o seu trabalho. A construção de uma pesquisa forma-se pela inquietude do olhar a um objetivo que se desperta ao meio de comuns. A minha inquietude é visceral ao olhar o mundo em seu estágio avançado de individualismo e falta de respeito do singular perante o plural e vice-versa. Essa conduta enraíza-se na relação do homem com os demais componentes de todo o ecossistema;

Justifica-se o tema e o objeto de estudo enquanto pesquisa de mestrado dentro da Administração, sua pertinência no que se refere à originalidade, à importância e à viabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O construto teórico dividir-se-á em uma leitura histórica dos conceitos de desenvolvimento pelas teorias tradicionais com o propósito de identificar no desenvolvimento sustentável e no codesenvolvimento a mudança de esfera que as teorias abrangem. Não se pretende um aprofundamento das teorias tradicionais, citadas no próximo subitem, somente levantar seus principais argumentos para o diagnóstico de sua percepção da relação homem e meio.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO

A ciência da administração inclui pesquisas que objetivam estudar as relações entre homem e meio através das práticas de gestão. Também abrangem discussão sobre desenvolvimento e planejamento econômico, sistemas produtivos e comportamento de demanda. Essas pesquisas podem estar sob o prisma ambiental com estudos e modelos que regulamentem a utilização de recursos naturais e paradigmas epistemológicos que norteiam a sustentabilidade ambiental.

Dentro da pesquisa em gestão ambiental, salienta-se a pertinência de estudos inter e trans-disciplinares, para a compreensão do problema ambiental na sociedade contemporânea para a construção de conhecimento científico com aplicabilidade em várias áreas e disciplinas. Sachs (1986a, p. 26) já afirmou que o estudo do codesenvolvimento “Requer, todavia, um esforço de pesquisa contínuo, acompanhado de ações de demonstração, submetidas a uma reflexão crítica a fim de que se instaurem retroações permanentes entre a prática e a ciência voltada para a ação”. O que pretende este projeto, a partir do construto teórico, é perceber sua manifestação em um movimento social.

2.2 TEORIAS TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

As teorias clássicas implicam o desenvolvimento como efeito do crescimento econômico. Os economistas clássicos ingleses, como Adam Smith, demonstraram a importância da indústria para o desenvolvimento, contra a agricultura para os fisiocratas franceses e o comércio para os mercantilistas.

Smith (1984) ao investigar sobre a causa e a natureza das nações relata sobre a propensão humana para se valer do menor esforço e, assim, ser orientado às trocas. Este pressuposto constitui o elemento básico para a divisão do trabalho, fruto da Revolução Industrial. A divisão do trabalho possibilita a economia do tempo de produção de bens, o aumento da agilidade produtiva e o emprego de tecnologia ocasionando o progresso.

O pensamento de Smith (1984) traduz a euforia pelas conseqüências da Revolução Industrial e pelo crescimento sem limites. Na esfera mundial, o comércio internacional preconiza o surgimento de novas produções para o suprimento da cadeia produtiva, ou seja, todas as nações pertencem ao processo e podem garantir seu desenvolvimento econômico.

Smith (1984) instiga o liberalismo ao perceber o mercado como estruturante das relações produtivas que permite ajustar oferta e demanda pela ação dos atores econômicos. O liberalismo econômico pressupõe o mercado como regulador da economia, ou a mão invisível. Cada indivíduo tende a buscar o seu interesse particular (utilitarismo), e a soma dos interesses de cada indivíduo ocasiona o interesse geral.

A auto-regulamentação do mercado permite a intervenção do governo somente para o protecionismo da nação, considerando nefasta sua atuação nos mecanismos de produção e consumo. A mão invisível (Smith; 1984) infere ao mercado uma configuração funcional na sociedade de elevada importância, subordinando todas as necessidades humanas ao processo produtivo e desenvolvimento econômico. Ou seja, uma visão benigna em que o mercado possibilita a melhoria da qualidade de vida da sociedade. O mercado por si só possibilitaria o desenvolvimento econômico e social.

Esta hiper-esfera dominante do mercado intensifica-se e recebe críticas de cientistas sociais, incluindo os pensadores do ecodesenvolvimento. Os principais questionamentos para o desencadeamento deste trabalho encontram-se a partir da

segunda metade do século XX e que tangem a utilização de recursos naturais e o equilíbrio sócio-ambiental pela cadeia produtiva e começam a questionar o mercado como centro das necessidades humanas e sociais.

Ainda no fim do século XVIII, o precursor das críticas foi Thomas Malthus (apud NOBRE, 2002) que, mesmo incipientes, alertou a um limite ao desenvolvimento econômico pela escassez de recursos naturais para suprimento da cadeia produtiva e com fonte de recursos para a sobrevivência humana. A produção de alimentos tem crescimento inferior ao índice de crescimento populacional, ocasionando o aumento da pobreza e da fome crescente. A teoria de Malthus (apud NOBRE, 2002) deu origem a uma corrente pessimista e foi o primeiro teórico a incluir um limite ao desenvolvimento pela falta de recursos naturais para um crescimento eterno. Malthus (apud NOBRE, 2002) não inferiu a tecnologia como uma ferramenta para resolver este problema, assim como David Ricardo (1884) que estruturou a produção em três fatores: terra, trabalho e capital. Assim, os rendimentos seriam decrescentes pela escassez de terras produtivas, uma consequência lógica e natural.

Na metade do século XIX John Mill (apud MEIER; BALDWIN, 1968) também apontou um limite ao crescimento, contudo, em um cenário tardio pela utilização da tecnologia. As sociedades mais desenvolvidas preconizarão níveis sociais mais equilibrados, enquanto as subdesenvolvidas procurarão o crescimento econômico, sem preocupação com a distribuição de renda. Mill (apud MEIER; BALDWIN, 1968) alerta para os custos ambientais do crescimento produtivo e percebe uma economia mundial como aumento da concorrência e espírito empresarial, o alargamento de mercados, o aumento de produtividade, a inovação constante de tecnologias, de produtos e de sistemas produtivos e especulação internacional de capitais. Todas as teorias, mesmo com abordagens diferentes, têm foco na cadeia produtiva como elemento estruturante da vida social. Fica evidente para os clássicos que o fruto do trabalho coletivo da sociedade é superior à demanda das pessoas que o compõe, sendo assim, origina-se um excedente produtivo centralizado nas mãos de um pequeno grupo.

Marx (1883) tem raízes intelectuais no materialismo histórico, percebendo a história como uma sucessão evolutiva de acontecimentos e, assim, o comunismo seria uma consequência natural da evolução humana. O comunismo desencadearia uma ruptura dos sistemas produtivos, o que nomeou de revolução. As relações de

produção, caracterizada pela relação homem e homem no processo produtivo, deveriam ser revistas. E esta ruptura proporcionaria uma maior igualdade e um desenvolvimento harmônico, sem abismos na distribuição de renda. Assim, Marx (1983) percebe o desenvolvimento por uma ótica histórica.

As relações de produção (homem e homem) e as forças produtivas (homem, natureza e técnica) representam a estrutura social para Marx (1983), suporte para a existência da superestrutura (relações econômicas, políticas e jurídicas, por exemplo). Ou seja, a partir da revolução comunista é possível reafirmar modos sociais mais equilibrados e transcender as contradições da produção capitalista e emancipar a humanidade de um sistema baseado na exploração e na alienação. O fundamento da crítica de Marx (1983) é a consequência do sistema produtivo nas relações sociais, com ponto de convergência na mudança das relações de produção. A diferença entre valor de uso e valor de troca proporcionada pelo capitalismo promove a contradição entre a acumulação de capital e o desenvolvimento das condições naturais de desenvolvimento humano.

Marx (apud AGUIAR; BURKETT, 2008) levanta o questionamento sobre sustentabilidade ecológica ao diagnosticar que o capitalismo separa o trabalhador da terra (força produtiva e insumos de produção) e combina-os na produção voltada à geração de lucro. Não se baseia nas condições naturais e nos ecossistemas violando as condições de sustentabilidade ecológica e a exploração de mais valores de uso produzidos pela interação entre trabalho e natureza. Assim, Marx (1983) tangia as relações de homem e natureza, sobre a ótica de dominação pelo capital.

Posteriormente Schumpeter (1988) disserta sobre desenvolvimento econômico pela postura inovadora do empresário ao romper com a rotina do comportamento³. O empreendedor torna-se preponderante para a cadeia produtiva e para o desenvolvimento, que sem a sua ação inovadora o crescimento econômico seria gradual e natural, sem a caracterização de desenvolvimento. Novamente a constituição de desenvolvimento centra-se nas competências do mercado como unidimensional para as relações humanas e sociais.

Esta vertente é diagnosticável em escolas econômicas posteriores que relacionam o desenvolvimento ao aumento do bem-estar material com a elevação da renda per capita e crescimento da produtividade média com tecnologia gerando

³ Schumpeter remete-se a Leon Walras quando relaciona rotina a costume, experiência herdada e comportamento semi-consciente.

acumulação. Obviamente que tais teorias e outros pensadores têm contribuições mais profundas e abrangentes que as explanadas neste subitem, contudo o corte teórico exposto pretende perceber o âmago das teorias no que relaciona a sua caracterização do homem em relação ao meio e o diagnóstico da efetividade do mercado como unidimensão social, incutidos numa racionalidade instrumental preponderante.

Ramos (1989) critica o mercado como norteador, pois este cenário tem conseqüências nocivas ao futuro da sociedade. O autor ainda infere ser contrário à auto-regulamentação do mercado, descrita por Smith (1984) e também pressupõe que políticas governamentais controlem ações mercantis para a preservação do indivíduo no meio social, sem efeitos exploratórios. Ainda, “Se se deixasse a economia de mercado desenvolver-se de acordo com as suas próprias leis ela criaria grandes e permanentes males” (POLANYI, 1980, p. 137). A crítica estrutura-se na razão instrumental dominante e sua conseqüente influência na teoria organizacional. Este modelo de razão é favorável ao cálculo com resultantes utilitaristas implicando em estruturas sociais normativas.

A mudança da racionalidade dominante para a percepção e análise dos modelos sociais é defendida por Polanyi (1980) por considerar que a economia precisa ser analisada como um processo social.

Neste sentido, o modelo paraeconômico⁴ de Ramos (1989) é um novo paradigma igualitarista que retira o homem da alienação e gera, assim, a possibilidade de uma percepção sustentável. O novo modelo de conhecimento concebe a razão substantiva em oposição à razão formal, voltada ao meio e não à finalidade. É norteado pela utilização da racionalidade substantiva, que revela “percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos” (Mannheim, p. 6, Apud RAMOS, 1986). Ainda conforme Ramos (1986), esta racionalidade seria a base para uma vida ética, equilibrada e responsável.

Serva (1997, p. 19) aprofunda afirmando que “A racionalidade substantiva seria um atributo natural do ser humano que reside na psique. Por meio dela, os indivíduos poderiam conduzir a sua vida pessoal na direção da auto-realização”.

⁴ A delimitação dos sistemas sociais (modelo multidimensional) de Guerreiro Ramos é utilizada na pesquisa para a percepção da mudança de paradigma. Esta relação serve como medida de análise para a diferenciação das teorias tradicionais de desenvolvimento e de codesenvolvimento.

O modelo paraeconômico é uma abordagem (RAMOS, 1986:140) que desenvolve: a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves⁵ (dos quais o mercado é apenas um), em que o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais.

O paradigma paraeconômico permite a análise dos sistemas sociais em enclaves que não somente o mercado, ou seja, as ações humanas podem seguir outras orientações e não somente moldadas pelas condições do mercado. Este, ainda é percebido como necessário e legítimo, mas regulamentado e limitado.

O modelo é uma projeção ideal e Ramos (1986 p. 140) ressalva que “Não se espera de nenhuma situação existente na vida social que coincida com esses tipos ideais. No mundo concreto, só existem sistemas sociais mistos”. Nesta construção existe a possibilidade da ação individual em diversos cenários, seja em ambientes restritos ou em comunidades de regular tamanho. O cidadão pode se comportar livremente e não, necessariamente, determinada pelo meio, correspondendo às expectativas da realidade social.

A delimitação organizacional é, portanto, uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva. A unidimensionalização é um tipo específico de socialização, através do qual o indivíduo internaliza profundamente o caráter – o *ethos* – do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações inter-pessoais. Esse processo é característico da sociedade centrada no mercado, na forma institucional peculiar que a mesma assumiu nos países industriais desenvolvidos (RAMOS, 1986:142).

O homem interage com regras objetivadas de convivência subordinada ao mercado que estimulam a fluidez da individualidade. Pois, "os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas inscritos culturalmente neles. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas" (MORIN, 1991, p. 188).

Um novo paradigma de desenvolvimento repensa a relação entre seres humanos e natureza e questiona profundamente a atual modernidade, construindo modelos de desenvolvimento com sintonia na relação homem e meio, não tendo o mercado como centro. (GUIMARÃES, 2001; GUATTARI, 1993). Permite pensar de

⁵ Conforme Ramos (1989, p. 140) enclave é uma categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais.

maneira integrada os diferentes processos sociais que dão coerência e eficácia aos princípios materiais e aos valores culturais que organizam uma formação social ambientalmente sustentável (LEFF, 2001).

As conseqüências negativas do comportamento social são apontadas por Enriquez (2006), no qual infere que “Essa racionalidade deformada, limitada, sinaliza o advento de uma forma de pensamento e de um estilo de ação perverso”, com a deturpação de valores, de condutas e de prioridades sociais. Bourdieu (1979, p.69) corrobora:

A necessidade econômica que tende a impor a subordinação de todas as finalidades (e em particular das finalidades tradicionais) e de todos os meios da atividade ao lucro monetário, as antigas normas e particularmente aquelas que regulavam as relações com os parentes, assim como os antigos valores de honra e de solidariedade, devem também contar com as exigências do cálculo e, às vezes, a ele se curvar.

Caracteriza-se a interlocução da racionalidade dominante (instrumental) com as relações sociais externas à ordem mercantil, de valores. Não se pretende aprofundar a discussão sobre as relações sociais, as constituições de valores históricos e as teorias de desenvolvimento, contudo perceber como o ecodesenvolvimento representa uma formulação sob a lógica substantiva e uma mudança na relação entre homem e meio ambiente.

Esta práxis permite a quebra dos imperativos da eficiência do sistema produtivo. Os indivíduos não seriam mais moldados à matriz econômica e não teriam mais uma atitude passiva em relação à esfera de mercado. Este referencial serve como fundamento para perceber o conceito de ecodesenvolvimento a ser explorado na construção teórica deste projeto.

A relação mercantil deve ser uma das dimensões e não a única. Uma nova conceituação caracteriza uma conduta equilibrada. Esta visão percebe todas as dimensões que compõe as relações sociais para promover o bem-estar social (homem e meio ambiente). Boeira (2002), ao estabelecer um comparativo das abordagens de Alberto Guerreiro Ramos e Fritjof Capra, ressalta que as atividades econômicas precisam considerar questões ambientais para um equilíbrio entre homem e natureza, ou um equilíbrio dinâmico.

Aqui se estabelece um ponto de crítica às teorias desenvolvimentistas, sejam de base capitalista ou socialista, que pressupõe a inesgotável fonte de recursos naturais e sua submissão às necessidades humanas (BOEIRA, 2002; RAMOS, 1986; POLANYI, 1980; AKTOUF, 1996; SACHS, 1986). Os modelos atuais

de desenvolvimento, principalmente dos países centro, já não podem ser utilizados pelos países periféricos simplesmente pela falta eminente de recursos. A escassez implica, então, em barreiras de desenvolvimento econômico e social; aumento de inflação econômica; dependência de tecnologia; desigualdades sociais, entre outros.

Um sistema econômico equilibrado, que espelha o modelo paraeconômico, requer que a relação de produção e geração de lucro desloque o sentido de acumulação individual para coletivo ou social (RAMOS, 1986). Os interesses individuais e coletivos não são excludentes e podem co-existir. Esta colocação aproxima-se ao conceito de ‘mão invisível’ de Smith (1984), na qual o interesse individual proporciona o interesse coletivo. Todavia na nova abordagem, o mercado é um dos níveis de interesse e não o único, conforme Ramos (1981, p.188)

Os sistemas de orientação mutuária e o setor de troca não são reciprocamente excludentes. Devem ambos ser sistematicamente estimulados, por meio de uma eficiente utilização de transferência (de recursos) num só sentido ou em duplo sentido, para benefício da sociedade em geral.

A cooperação entre os setores públicos e privados com a utilização de recursos inclinados ao bem-estar coletivo é pressuposto para o ecodesenvolvimento. Um conjunto dinâmico que propõe sistemas de produção local, consumo local e utilização de tecnologias com baixo impacto ambiental com mudança de comportamento social⁶, colaborativo e não predatório (SACHS, 2002).

A caracterização de desenvolvimento com equilíbrio humano e ambiental⁷ requer a alteração de modelos através da mudança da racionalidade dominante, ou seja, da razão instrumental para a razão substantiva (CAPRA, 1996; RAMOS, 1986; LEFF, 2001). Nesta mudança de cenário, Capra (1996) percebe como alavancas transitórias o declínio do patriarcado, a diminuição da utilização de combustível fóssil (produção) e a mudança paradigmática (demanda)⁸. Leff (2001) resume afirmando que a racionalidade capitalista é estruturada na racionalidade instrumental e a ambiental terá como pilar a racionalidade substantiva que abrange a diversidade étnica e cultural, do qualitativo em oposição ao substantivo. “Estes valores articulam-se com novos princípios materiais e potenciais produtivos para sustentar um

⁶ Expressão com paridade em estilo de vida, que será o vértice de análise.

⁷ Uma nova caracterização de desenvolvimento, conforme esses aspectos, com o conceito de Ecodesenvolvimento consoante a SACHS (1986a; 1986b; 2002).

⁸ As categorias de análise estão estruturadas na divisão de ações do planejamento ambiental entre produção e demanda, por isso esta evidência não está no texto.

desenvolvimento alternativo sobre bases de produtividade, então só de uma confrontação entre valores humanitários e eficiência produtiva (LEFF, 2001, p. 124).

O levantamento comportamental social sobre o mecanismo de produção e demanda é necessário para analisar-se o processo como um conjunto de fenômenos econômicos, financeiros, comerciais, sociais, políticos, tecnológicos, institucionais e etc. Segundo Capra (1996), essa dialética sobre o novo passo da sociedade e sua reconstrução de valores para que as tendências auto-afirmativas (pensamento racional, analítico, linear e reducionista) da cultura industrial ocidental sejam equilibradas com novas tendências do tipo integrativo (intuitivo, sintético, não linear e holístico). Assim, os valores, tais como expansão, competição, dominação e quantidade, devem dar lugar aos valores de conservação, cooperação, parceria e qualidade.

Ocorre que o processo social da busca de uma matriz eco-desenvolvimentista resulta em mudanças de comportamentos. A nova postura em relação ao processo produtivo perpassa a postura de se entender o desenvolvimento sustentável com implicações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Guimarães (2001, p. 57) aponta que:

[...] O novo paradigma postula igualmente a preservação da diversidade em seu sentido mais amplo – a sociodiversidade além da biodiversidade – ou seja, a manutenção do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que permite a reprodução do tecido social e garante a integração nacional através dos tempos. Isso inclui, evidentemente, a promoção dos direitos constitucionais das minorias e a incorporação delas em políticas concretas de educação bilíngüe, demarcação e autonomia territorial, religiosa, saúde comunitária e etc.

Esta colocação gera um segundo tópico de discussão sobre o ecodesenvolvimento acerca da distribuição de recursos e produção local. A construção social da localidade como um processo de inclusão social, cabível ao complemento de renda e ao associativismo, pois, conforme Cavalcanti (2001), o Brasil como economia em desenvolvimento precisa atender à minimização do abismo social gerando bem-estar humano ainda com a utilização consciente de recursos naturais no sistema produtivo. O desenvolvimento sustentável é o elo de preocupação com economia, meio ambiente e pobreza, e que sua construção deve ser viável em todas as suas esferas. “Não se trata de multiplicar a riqueza. Trata-se de multiplicar a riqueza mudando drasticamente as formas da sua partilha”, afirma Sachs (2007b). Pois a valorização econômica na atual conjuntura social resulta na

formação de desigualdades, de pobreza e de abismos sociais (BRAUDEL, 1996; LAFER, 1996).

Sachs (1986) aprofunda essa discussão questionando que a prática de consumo dos países chamados subdesenvolvidos pode proporcionar-lhes projetos desenvolvimentistas que possibilitem a distribuição de renda e o cuidado com a utilização de recursos natural, em caminho oposto ao tomado historicamente pelos países desenvolvidos.

Evidencia-se a necessidade do diálogo em diversos setores da sociedade com a finalidade de apresentarem formas e modelos de produção e de demanda que possam utilizar recursos naturais, principalmente os não renováveis, de modo consciente tendo em virtude as futuras gerações, pois, conforme a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRUNDTLAND, apud GUIMARÃES, 2001, p. 55) "Desenvolvimento Sustentável é atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras acatarem às próprias necessidades".

A necessidade em se estabelecer preponderantes executáveis entre empresas, governos e sociedade é cardinal para o desenvolvimento sustentável, conforme ALMEIDA (2002). É soberano que as sociedades adaptem-se a esta realidade, construindo políticas de controle em impacto natural, sem gerarem passivos ambientais, contudo, também consistir em projetos economicamente viáveis.

Como assinalou Leff (2001), a racionalidade ambiental não é somente a tradução de uma lógica comportamentalista, mas a resolução de um conjunto de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas que "Dão sentido e organizam os processos sociais por intermédio de certas regras, meios e fins socialmente construídos, que ultrapassam as leis derivadas da estrutura de um modo de produção" (LEFF, 2001, p. 125)

Sachs (2007) diagnostica a crise dos modelos de desenvolvimento adotados e a problemática sócio-ambiental planetária frutos da era industrial e os próprios limites de crescimento. "Sintomas do requestionamento de valores por uma sociedade à procura de novos referenciais ideológicos para problemas que parecem insolúveis" (2007a, p. 54). Novas caracterizações de desenvolvimento (ecodesenvolvimento) dependem de mudança da racionalidade e uma nova

concepção paradigmática (modelo paraeconômico de Ramos) para a percepção e estruturação social. Pois, conforme Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável é inoperante com o sistema de mercado, pois não consegue operacionalizar fatores que não sejam lucro ou eficiência, na visão clássica e polissêmica.

O saber ambiental, conforme Leff (2001), promove o processo de transição para uma nova racionalidade ambiental, que reúna condições ecológicas e sociais um modelo de desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro. Incorpora os princípios de diversidade cultural, sustentabilidade ecológica, equidade social e solidariedade transgeracional. Assim, a mudança paradigmática percebida na multidimensão das relações sociais e na descentralização do mercado, permite a construção de uma crítica ambiental para a estruturação do ecodesenvolvimento como planejamento ambiental⁹ para o desenvolvimento.

2.3 A CRÍTICA AMBIENTAL

Prioritariamente conceituamos ambiente conforme Leff (2001, p.17): “O ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscrevem nas formas dominantes de conhecimento”. Jollivet (2001, p.61) é mais genérico e apresenta: o “Meio ambiente constitui o conjunto de meios naturais ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora, que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência”. Ecosfera entendido como um sistema complexo que possibilita a sobrevivência humana em relação de co-evolução com outras espécies vivas. Esta conceituação é necessária para sustentar a crítica ambiental e possibilitar a construção da teoria do ecodesenvolvimento.

As críticas aos problemas causados pelo sistema produtivo ao meio ambiente começam a intensificar-se a partir da segunda metade do século XX. Percebe-se que a busca incessante pelo acúmulo de capitais e riqueza gera

⁹ Ambiente não percebido somente como natureza, mas na colocação de Leff (2001), explorada posteriormente.

passivos ambientais irrecuperáveis e danos profundos na biodiversidade, no equilíbrio do planeta e nas relações sociais.

A discussão sobre os recursos naturais e as causas do processo produtivo provocado pela crise petrolífera, ainda nesse período, orienta à reestruturação do arcabouço teórico das teorias econômicas vigentes permitindo redefinições da conduta social, adaptativa ao contexto. Os recursos não se constituem somente como insumo produtivo de riqueza das nações, mas componente indispensável para o debate das teorias econômicas.

O novo campo teórico construído tem reentrâncias em diversas ciências. Suas origens estão nas ciências naturais e biológicas com aglutinações na economia e sociologia, e assim, formar um novo construto interdisciplinar. Nobre (2002, p. 194) ao contextualizar a formação de uma economia ecológica afirma que “[...] Se por um lado a teoria econômica estabelecida passou a ter de incorporar o debate ambiental, por sua vez a crítica ambiental veio buscando no debate fundamentar-se e consolidar-se como teoria econômica”.

Em 1968 Hardin publica o artigo “*The Tragedy of the Commons*” que faz uma retomada a Malthus no que tange a capacidade produtiva pela disponibilidade de recursos naturais. Sua crítica enseja-se pela busca individual da maximização dos ganhos em paradoxo ao recurso coletivo. Tal argumentação, ainda que incipiente, torna-se uma das primeiras (apud NOBRE, 2002).

Posteriormente Meadows (1978) divulgou com maior penetração social a problemática do crescimento desenfreado e poluição ambiental em “Os limites do Crescimento”. Ele descreveu cinco variáveis diferentes como agentes do processo predatório:

- a) Industrialização crescente;
- b) População em rápido crescimento;
- c) Expansão da desnutrição;
- d) Extinção de recursos naturais não renováveis; e
- e) Meio-ambiente em deterioração.

Meadows (1978) apresenta uma situação pessimista na projeção do futuro com uma capacidade industrial comprometida pela crescente demanda de recursos escassos e da poluição causada pela melhoria do padrão de vida. Mesmo com a utilização de tecnologia, os danos constituir-se-iam irreversíveis à sociedade, sugerindo o crescimento zero. Este modelo, como o modelo de Hardin (1968), não

relacionava diferenças geográficas e históricas das regiões e das nações. É também em 1968 que acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano organizada pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep).

Com este cenário pessimista Sachs (1986a) propõe um questionamento na dicotomia do **crescimento zero** com desperdícios de recursos, desequilíbrio social e movimento predatório natural **versus** o **crescimento com taxa de expansão**, gestão de recursos naturais e do meio e uma utilização social equitativa da produção de modo conjunto. Todavia, antes de se contrariar o crescimento como é eletivo, propõe-se o estudo de alternativas de crescimento com uma função-objetivo diferente, estruturados por processos que diminuam os impactos ecológicos e a utilização de recursos finitos. “O desafio consiste na redefinição das formas e usos do crescimento e não na desistência do crescimento” (SACHS, 1986a, p. 52). Schumacher (1981) aborda essa conotação de crescimento contrapor a indiferença materialista e a imobilidade tradicionalista para encontrar a subsistência correta para o desenvolvimento, inspirado pelos estudos da economia budista.

É o início de uma discussão teórica do enclave de preservação ambiental e dos processos produtivos. Conceitos como sustentabilidade, desenvolvimento e crescimento econômico ainda se fundem e seus campos ainda não são delimitados.

Maurice Strong, diretor-executivo da Unep, formula o conceito de ecodesenvolvimento em 1973:

“Trata-se de estabelecer que o bem-estar aumente quando melhora o padrão de vida de um ou mais indivíduos sem que decaia o padrão de vida de outro e sem que diminua o estoque de capital natural ou o produzido pelo homem” (apud NOBRE, 2002, p. 35).

Sachs (1986) aprofunda esta concepção relacionando as diferenças sociais, as necessidades básicas das pessoas, a cultura e a biodiversidade para uma conduta de desenvolvimento. As estruturas internacionais, bem como o comprometimento moral, têm de ser radicalmente transformados para uma relação harmônica entre desenvolvimento e meio ambiente.

Percebe-se, então, uma conduta estrutural na relação meio ambiente e sociedade voltada às caracterizações territoriais, ou seja, respeitam-se as particularidades locais para se construir matrizes de desenvolvimento com respeito ambiental.

As transformações sociais e ambientais características das sociedades modernas são fundamento da crítica de Guattari (1993) quando expõe a progressiva

deterioração no contexto contemporâneo. O autor vai além da crítica ambiental explanando as relações humanas num processo de subjetividade crescente. Ou seja, além do possível desastre ambiental, Guattari (1993) indaga sobre as relações e o comportamento humano.

Neste cenário surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável em 1987 com o Relatório Brundtland (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento/WCED), que tenta conciliar as diretrizes de desenvolvimento com apelo ao equilíbrio ambiental. Este conceito parece oriundo do artigo 'A Busca de Padrões Sustentáveis de Desenvolvimento' de Burger no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo (1979). A Comissão Brundtland nasce da Unep com o propósito de suscitar um conceito de desenvolvimento que incorporasse a problemática ambiental e menos pessimista que a perspectiva do 'Limites do Crescimento'.

2.3.1 Desenvolvimento Sustentável

A orientação a uma conduta social que considere o pagamento de uma dívida ecológica e uma diminuição dos abismos sociais provocados por processos econômicos que propiciam o acúmulo e concentração de capital, que por muito tempo foi refém da cadeia produtiva, passa, conforme Sachs (2002, p.30), por uma "Reinvenção de uma moderna civilização de biomassa". Seu discurso permeia a relação da utilização de recursos naturais para o consumo e para as necessidades sociais.

A estrutura principal do pensamento é a mudança de comportamento do homem, traduzido no sistema produtivo, do predatório ao holístico. Uma abordagem interdisciplinar para relacionar premissas na utilização dos recursos de maneira parcimoniosa e que respeite a diversidade biológica. Sachs (2002) conduz seu pensamento orientado ao planejamento sustentável do processo produtivo em relação aos sistemas naturais e sociais.

A utilização da biomassa, ainda conforme Sachs (2002), no processo produtivo é percebido em cinco desencadeamentos (Patikh apud SACHS, 2002, p. 32): alimento, fertilizante, suprimentos, combustível e ração industrializada. Então, a

biotecnologia contribuiria com o desenvolvimento de técnicas produtivas sustentáveis nessas cinco esferas, gerando o desenvolvimento sustentável. Este, por definição do autor, tem três estruturas: “Relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica” (SACHS, 2002, p. 35). Ainda, atende o desencadeamento normal dos ciclos ecológicos, que asseguram a renovação desses recursos (SACHS, 1986a).

O desafio da sustentabilidade com a utilização da biomassa permite um processo de desenvolvimento aos países periféricos, sem que estes copiem modelos e estruturas de crescimento dos países centrais, pela eminente falta de recursos naturais e por um processo com dívidas ambientais muito abrangentes. Celso Furtado no texto “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento¹⁰” (1965) aprofunda a crítica do modelo de desenvolvimento utilizado nos países subdesenvolvidos e copiado dos países que já participaram desse processo. Assim, a construção de Sachs (2002) com as formas produtivas da biomassa seria um modelo adaptável a estes países como forma de abranger o desenvolvimento sustentável.

“De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento” (SACHS, 2002, p. 53).

A crítica ferrenha enseja-se nas conseqüências desastrosas da síndrome da eficiência possibilitada pela lógica do mercado como centro das relações sociais. Esta conduta evidencia-se nos modelos de desenvolvimento atuais. Assim, um processo sustentável perseguiria gestões auto-suficientes, ou territoriais, endógenas, orientadas às necessidades (e não ao mercado) e em harmonia com a natureza (SACHS, 2002). Pondera o grau das satisfações sociais reais da população e os custos sociais e ecológicos do crescimento.

As nações do norte deveriam adequar seus hábitos de consumo abusivos e seus estilos de vida, enquanto as nações sulistas empregariam políticas de desenvolvimento territorial com o propósito da distribuição da riqueza e diminuição dos abismos sociais, oriundo das novas formas de produção e organização (SACHS,

¹⁰ A discussão sobre desenvolvimento sustentável passa pelas críticas e teorias desenvolvimento territorial e local, como as discussão de Celso Furtado, Milton Santos ou alguns textos do Sachs, por exemplo. Contudo, para a construção desta pesquisa não haverá o aprofundamento deste item, que foi utilizado para mostrar uma mudança de comportamento produtivo que será útil na caracterização de um estilo de vida para os movimentos *slow*.

2002; 1986a; 1986b; FURTADO, 1965; SCHUMACHER, 1981). Por conseguinte, o desenvolvimento buscaria o desencadeamento dos direitos plenos de toda a população, ou um processo de cidadania (LAFER, 1996). Schumacher (1981) alarga a discussão questionando a coexistência dos dois padrões de desenvolvimento e estilo de vida e a incoerência social que isso acarreta. A necessidade de *territorializar* é defendida por Guimarães (2001) quando sugere um novo paradigma de desenvolvimento que coloque o homem no centro deste processo, em que o crescimento econômico seria um meio e não o fim, que respeite os sistemas naturais e a diversidade biológica do planeta e que guarde a oportunidade de vida das próximas gerações.

A postura mimética em caracterizar desenvolvimento como prática das etapas históricas e das relações produtivas das nações-centro pelas nações pobres é inferida por Sachs (1986a) de *mal desenvolvimento*¹¹, pois acarreta custos sociais de modernização altamente elevados. O mal desenvolvimento é intrinsecamente ligado à dependência cultural, e “Aceita valores culturais e estilos de vida alienígenos, como modelo” (SACHS, 1986a, p. 54). Por conseguinte, desenvolvimento é endógeno e autoconfiante para a sociedade, valorizando suas particularidades e diferenças culturais, tornando-se independente. Também, é orientado às necessidades humanas, materiais, não materiais e sociais, implicando um cenário aberto à diversidade cultural e a manutenção da diversidade cultural e da potencialidade criativa humana, por ser libertador e não alienante.

Contudo, Brito (1999) estabelece uma crítica ao desenvolvimento sustentável por ainda estar submerso na lógica do acúmulo financeiro como delineador do crescimento econômico, ou seja, “[...] Inscrevem-se numa paradoxal unidade do discurso do desenvolvimento, na medida em que suas alternativas não fogem ao problema do crescimento econômico” (BRITO, 1999, p. 199).

As relações de processos produtivos limpos e consumo consciente são alargadas no ecodesenvolvimento que pressupõe uma mudança de comportamento e não somente a adaptação com tecnologias verdes.

¹¹ Conceito extraído de Sachs para caracterizar desenvolvimento com conseqüências sociais negativas.

2.4 ECODESENVOLVIMENTO

Vieira (2005) faz um corte de análise epistemológica no construto teórico das questões ambientais e levanta a necessidade de uma leitura sistêmica das análises pela interdependência dos seus componentes. Por se tratar de sistemas complexos ele fez uma crítica ao procedimento analítico-reducionista que não considera as relações entre os elementos e o todo e suas implicações pelo contexto que se insere o objeto de estudo. “Em outras palavras, a dinâmica das partes não pode ser apreendida e transformada sem levarmos em consideração a dinâmica do todo, e vice-versa” (VIEIRA, 2005, p.15).

Partindo da concepção de que haja mútua dependência entre os componentes de um sistema e a complexidade dessas relações, anulam-se, no processo de pesquisa, relações casuísticas em virtude da não linearidade do comportamento do referido sistema. Vieira (2005) estrutura sua argumentação em proposições das ciências biológicas como os estados de equilíbrio, para inferir que:

“O meio ambiente deve ser gerido não em função da quantidade de recursos que ele é capaz de produzir, mas da necessidade de – preventivamente – manter em boa saúde os processos ecossistêmicos, preservando-se ao máximo possível sua diversidade, variabilidade, flexibilidade e adaptabilidade” (VIEIRA, 2005, p. 16).

Evidencia-se em seu discurso a necessidade de um panorama inter e trans-disciplinar nos estudos ecológicos para a percepção sistêmica do objeto de estudo, sem a exclusão de dados que possam ajudar na teorização do problema. Jollivet e Pavé (2001) argumentaram que num estudo trans-disciplinar do meio ambiente, todas as disciplinas derivam de uma problemática compartilhada. Os autores lapidaram um diagrama relacionando os principais problemas objetos de estudo, para então, listar três conjuntos de pressupostos para a investigação científica ambiental.

Os três grupos de problemática ambiental (recursos naturais e diversidade biológica; grandes equilíbrios planetários; e ambiente de vida e saúde) aglutinam os caminhos de pesquisa para uma matriz de orientação à pesquisa, possibilitando investigação multi-disciplinar.

A proposta trans-disciplinar Vieira (2005) corrobora com a alteração dos padrões racionais vigentes para a construção de um planejamento ambiental, evoluindo para um cenário de equilíbrio entre sociedade e natureza, norteado pela

*ética da comunidade de seres*¹². Sachs (1986) já explorara a idéia de relações mútuas implicando um quadro conceitual unificado de planejamento que considere as questões energéticas, ambientais, populacionais e desenvolvimentistas, assim como Berkes; Holling & Folke (1998) na percepção da organização dos sistemas para o diagnóstico do funcionamento para os estudos sociais e naturais. Leff (2001) já explorou a necessidade da internalização do saber ambiental num conjunto de disciplinas para a percepção das relações de interdependência dos sistemas com o propósito de se diagnosticar a problemática das mudanças sócio-ambientais.

Essa condução do estudo ambiental corrobora com a necessidade de uma visão multidimensional das relações sociais. Vieira (2000) afirmou que os estilos tradicionais de desenvolvimento exploram o crescimento material, tornando-se um sistema fechado em si próprio. O autor questiona a percepção de outras variáveis como sociais, culturais, políticas e institucionais formando um sistema aberto de estudo com o conjunto do sistema sócio-ambiental.

As considerações exploradas são pertinentes para a sustentação do argumento inicial desta pesquisa, em que se percebeu a necessidade de uma visão não utilitarista para se estruturar relações de ecodesenvolvimento na sociedade. Além, utiliza-se para a discussão crítica de desenvolvimento sustentável. Contudo, a pesquisa de Vieira orienta-se à gestão comunitária, um aprofundamento no ecodesenvolvimento para o planejamento e gestão dos recursos naturais, pois Vieira (2000) faz crítica¹³ ao ecodesenvolvimento por sua inoperância nas viabilidades prática do seu discurso, tornando-se ético-normativo.

Ainda, no que se refere a planejamento ambiental, Sachs (1986a) relaciona seis níveis críticos para a discussão da problemática ambiental, a destacar:

- Consumo, intrínseco à distribuição de renda e valores referenciais;
- Estrutura sócio-política conduzindo os custos ambientais (internalidades e externalidades);
- Tecnologias limpas para produção;
- Energia, utilização de recursos naturais e reciclagem;
- Ocupação do solo e agricultura;
- Crescimento populacional e seus hábitos de consumo.

¹² Itálico do próprio autor.

¹³ Vieira estrutura seu discurso em Boisvert & Holec; Godard; Hatem; Beckerman

Essas variáveis são articuladas conforme o contexto do estudo orientando estratégias de desenvolvimento. Cada objeto adere graus de importância para cada variável, pois as interlocuções são dinâmicas. Este estudo orienta-se a estilo de vida, conceito que se enquadra nos **valores reconhecidos pela sociedade**, primeira proposição listada, tornando-se, então, o de maior relevância.

Aprofundando o conceito de ecodesenvolvimento, Sachs (1986a) expõe algumas características primárias a este estilo de desenvolvimento. Neste, as necessidades das populações são estreitamente ligadas ao território. Os recursos específicos para subsistir a sociedade como habitação, alimentação, saúde e educação são dimensionadas conforme a real capacidade local, anverso ao estilo de vida dos países ricos, ou seja, os padrões locais permitem um sistema produtivo e de consumo em maior equilíbrio com o meio, além do respeito ao ser humano por ser o centro dessas relações. O mercado fica subjugado ao bem-estar humano e coletivo, assim, os esforços do planejamento ambiental creditam às relações humanas a valorização e o respeito da diversidade cultural.

O meio ambiente e os recursos ambientais são utilizados com parcimônia para o respeito com as gerações vindouras, priorizando a reciclagem e os recursos renováveis, permitindo a continuidade da vida equilibrada sobre o planeta. O sistema produtivo adequa-se à utilização total dos recursos, sem desperdícios e passivos ambientais permanentes, diminuindo o impacto produtivo sobre o meio.

As características territoriais orientarão a matriz energética da localidade, respeitando as diferenças geográficas e minimizando os impactos de utilização de combustíveis fósseis. Percebe-se então, a importância do avanço tecnológico para a vazão dessas ações do planejamento ambiental. Ressalva-se que, a tecnologia é um suporte para o ecodesenvolvimento, contudo, este precisa de mudança de comportamento social, no que se refere a objetivos gerais de desenvolvimento.

As configurações expostas são variáveis conforme o local estudado, pois a premissa básica, ainda conforme Sachs (1986a), é o respeito às diferenças locais. O planejamento ecodesenvolvimentista sustenta uma autoridade horizontal em detrimento às hierarquias setoriais objetivando o bem comum. Tem a participação comunitária no levante de objetivos e no diagnóstico das necessidades locais.

Com o propósito de exemplificação, a experiência italiana de desenvolvimento permite a retirada de alguns argumentos. O cenário italiano historicamente apontou a região norte com forte caráter industrial e alto

desenvolvimento econômico, semelhante ao sul, que recebeu investimentos de empresas estatais, possibilitando o seu crescimento. Em contraponto, a região nordeste era menos desenvolvida e preponderantemente agrícola (COCCO, 2002). Após a segunda guerra mundial ocorreu uma extensa reforma agrária promovida pelo governo italiano, implicando na formação de cooperativas de agricultores. Estas relações germinaram uma característica social de mobilização e união que, juntamente com a criação de escolas, principalmente de nível técnico, pelos governos locais (união e qualificação) provocaram o surgimento de pequenas e médias empresa (PM's), estrutura básica do modelo de desenvolvimento voltado ao território (COCCO, 2002).

As PM's formam uma rede de caráter produtivo e mútuo-dependente, uma característica em substituição à produção em massa com despadronização dos produtos. Cocco (2002) acredita que esse surgimento seja espontâneo, o qual pode ser levemente contestado por Bagnasco (2001), pois esse sistema seria uma implicatura histórica e fruto da ação dos agentes públicos e privados envolvidos.

O surgimento das redes de PM's advém de um ambiente propício que evidencia as competências locais e disponibilidade de matérias-primas e mão-de-obra, ou seja, fortalece as vantagens competitivas do território. Contudo, tem baixas barreiras à entrada tecnológica e financeira para sua potencialização.

Forma-se no território uma rede material e cognitiva capaz de internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais de aprendizagem produtiva. O sistema produtivo transforma-se, então, em um processo coletivo e intrinsecamente ligado ao território e aos seus atores, não só material, mas comportamental. O foco sai da empresa e vai para o território integrador dos diferentes aspectos da produção. Por conseguinte, a rede, com a divisão do trabalho das PM's, encontra no território todos os itens necessários à produção.

O desenvolvimento territorial apresenta novas relações entre a fábrica e o território, entre forças de trabalho e sociedade, entre serviços e usuários, entre produção e consumo, ou seja, permite outros padrões e mudança do regime de acumulação, conforme Cocco (2002). A produção passa a caráter público¹⁴ já que é fundamentada no território e o trabalhador, como agente de mudança e intrinsecamente ligado ao mecanismo produtivo, transforma-se em cidadão.

¹⁴ A produção não é pública no sentido de pertencer a todos, mas no âmbito de sistema produtivo coletivo e interdependente.

O processo de cidadania ocorre com o caráter público da produção e do processo cooperativo. Não há a distinção do capital e salário, próprio das relações atuais de trabalho que separa produção e cidadania.

Fica evidente a possibilidade de intervenção dos poderes públicos locais para políticas que incluam as comunidades de baixa renda. Contudo, é necessária uma discussão maior sobre o processo de inclusão e políticas de desenvolvimento local para não permitir arranjos que infrinjam questões morais como a utilização de mão de obra infantil, por exemplo, mas sim uma construção democrática de mercado.

A experiência origina-se da capacidade de auto-organização da sociedade, engajamento e participação, o que Bagnasco (2001), caracteriza como capital social. As cidades do caso italiano, além de forte tradição artesanal (*know-how*), tinham uma noção comum de mercado e uma rede de relação pessoal que permitia a confiança mútua, até mesmo porque as unidades de PM's eram familiares.

Assim, o desenvolvimento econômico foi fruto de uma forte auto-organização da sociedade, de relações de mercado e uma boa governança política dos processos. Políticas públicas deveriam tornar visíveis as “mãos das comunidades”, ou as relações cooperativas do “excluídos” e fazer emergir formas de atuação empreendedoras nestes territórios sociais, com ligações horizontais com outros trabalhadores. São políticas de caráter transversal que possibilitam a parceria de diferentes atores públicos e privados para a redução da desigualdade e o crescimento econômico.

As proposições da teoria do desenvolvimento territorial são intrinsecamente ligadas ao ecodesenvolvimento, principalmente no que tange a retirada do capital como centro do objetivo social e coloca o homem e suas necessidades como prioritárias.

“Em resumo, o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo” (SACHS, 1986a, p. 18).

Fica evidente que o ecodesenvolvimento desestrutura as soluções generalistas para o crescimento da sociedade e percebe em cada região seus potenciais e idiosincrasias, apostando no discernimento das organizações sociais decidirem soluções originais e promoverem a gestão ambiental. O território também permite a discussão de escala apontada por Schumacher (1981) para apartar o

questionamento e a decisão das atividades e seu novo arranjo sobre questões econômicas, políticas e sociais.

O juízo da territorialidade implica em medidas de desenvolvimento que extrapolam os índices produtivos nacionais e permeiam o diagnóstico de bem-estar dos grupos sociais e a estabilidade ecológica. Orienta-se a uma lógica das necessidades em detrimento de uma lógica da produção, notoriamente composta nos modelos atuais de desenvolvimento. Sachs (1986a) aprofunda a discussão afirmando que o planejamento social deve considerar os princípios básicos de subsistência da vida humana como alimentação, *habitat* e acesso aos serviços sociais. Isto implica numa responsabilidade ética com a sociedade através do favorecimento da melhor distribuição de renda nos modelos produtivos e, também, uma responsabilidade diacrônica com as futuras gerações para a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais para o suprimento de suas necessidades.

Ao ponderar a responsabilidade sincrônica e a diacrônica Sachs (1986a) articula os conceitos de oferta (produção) e demanda para definir os componentes perceptíveis ao papel do planejador. Sua divisão¹⁵ permite uma visão genérica do problema ambiental e a mudança de racionalidade implícita na postura do planejador ambiental e nos sistemas produtivos mundiais.

Tabela 1. Variáveis Ambientais.

Demanda	Estilos de vida / Uso do tempo;
	Modelos culturais;
	Estruturas de consumo;
Produção	Utilização de espaços,
	Energia;
	Recursos;
	Tecnologia;

Fonte: Sachs 1986a; 2002.

Ressalta-se, contudo, que apesar da divisão entre demanda e produção o conjunto é totalmente interdependente, pois, todas as variáveis são interligadas ao

¹⁵ Esta divisão será sustentação às categorias de análise deste projeto.

mercado no atual sistema produtivo. Leff (2001) levanta noções semelhantes a Sachs (1986a) ao determinar qualidade de vida estruturada em conceitos de bem-estar, nível de renda, condições de existência e estilos de vida.

O espaço tem característica finita enquanto utilização, por ser um recurso não expansível, e o território é onde se estabelecem todas as atividades humanas, ou seja, as estratégias espaciais agregam elevada importância. Ponderam-se, então, a ocupação humana, características topográficas e geográficas além do ecossistema existente. Deve-se perceber a irreversibilidade das ações quando se trata de território e a necessidade de medidas de prevenção como parques e reservas. Com estreita relação, a produção energética prioriza fontes renováveis em detrimento à utilização de recursos naturais finitos ou altamente poluentes, como combustíveis fósseis. Outra característica relevante incrusta-se no fato da eliminação das perdas energética com aprofundamento da eficiência¹⁶ produtiva das fontes.

A eliminação do desperdício não é somente pertinente à energia, mas em relação a todos os demais recursos pertencentes à cadeia produtiva, incluindo práticas de consumo e estilos de vida que, notoriamente, alteram-se com a prática ecodesenvolvimentista na gestão ambiental. A utilização de recursos territoriais próximos e disponíveis favorece a diminuição de passivos, assim como a reutilização de recursos, a reciclagem de materiais e a substituição de fonte dos recursos finitos por renováveis. O suporte para estas práticas pode estar no desenvolvimento de tecnologias limpas, tanto para novas formas de produção como para a recuperação de um passivo ambiental originado historicamente.

A constituição do novo paradigma de ecodesenvolvimento coloca em questão as relações produtivas. Como nortear as questões emergentes em relação ao possível caos natural por um paradigma de conhecimento que implique uma postura produtiva responsável com um limite eco-social, ou seja, até o onde pode ir o impulso de consumo, seja básico ou supérfluo, e que indique “[...] O prazer como indivíduo (na medida de bem-estar de uma sociedade sustentável)” (GUIMARÃES, 2001, p. 44).

Este questionamento ramifica-se na proposição de Sachs (1986a; 2002) ao explorar as relações de demanda intrínseca aos modelos culturais subjacentes às

¹⁶ Eficiência não com apelo à racionalidade formal, mas como minimização de passivos ambientais.

sociedades. Toda caracterização de demanda deve considerar os impulsos consumistas das sociedades, observáveis em seus estilos de vida e diretamente relacionado com a pujança produtiva da nação. Infere-se que, para um novo modelo de gestão ambiental há alteração dos modelos culturais e dos estilos de vida social, ocasionando na alteração das práticas de consumo. O equilíbrio da relação homem e natureza extrapola a internalização de normas ecológicas e tecnológicas, permeia-se na análise do conflito social e no planejamento político, constituindo uma esfera maior de análise e ação, conforme Leff (2001).

A lógica acumulativa da sociedade voltada às práticas de mercado desencadeia um círculo vicioso de acumulação constante e quase infinita. A satisfação material é efêmera e não suprida, provocando níveis consumistas mais elevados. O materialismo mecanicista grosseiramente simplificado, como chamou Sachs (1986b), provocaria um esgotamento eminente dos recursos naturais, mesmo considerando o uso de tecnologias adaptativas.

A atitude que equilibra as necessidades humanas e sociais com o meio ambiente espelha-se numa racionalidade substantiva dominante, abordada na introdução do trabalho. A racionalidade social, segundo Leff (2001), aberta à diversidade, às interdependências e à complexidade, e oposto à racionalidade dominante. A quebra do pensamento instrumental retira o meio ambiente como recurso da cadeia produtiva e, automaticamente, como um suprimento da manutenção das práticas mercantis como único plano das relações sociais e possibilita que o ambiente componha uma das multi-dimensões sociais, além de reconceituar elementos como o uso do tempo, diretamente relacionado com as práticas de consumo, com o estilo de vida e com os modelos culturais estruturantes.

A maneira como a sociedade usa o tempo define o seu estilo de vida e sua cultura. A percepção acelerada dos processos sociais é subjugada à identificação de maior eficiência produtiva, um dos pilares da conduta mercantilista. Produzir mais em menor tempo dinamiza a cadeia produtiva e infere ao uso do tempo dimensão econômica, ocasionando percepções semelhantes às do lucro em seu excedente. Assim, todas as demais ações do homem social recolhem ao uso do tempo a síndrome da eficiência, traduzido na pressa e na efemeridade das relações sociais e materiais.

A reordenação desta postura não ocorrerá com a volta a modelos primitivos de organização social nem com o estancamento da atual sociedade. Sachs (1986a)

afirma que é necessária a procura de alternativas para o planejamento ambiental utilizando a criatividade e inovação social participativa. As novas ações têm enclaves nos nossos modelos culturais e significações do acúmulo material em nossa sociedade. Além de uma resignificação do uso do tempo, desmercantilizado, em que o excedente de tempo possa ser utilizado em questões não produtivas como suprimento de necessidades não materiais do homem, os mecanismos de consumo devem ser revistos. “Ou conseguiremos impor-nos voluntariamente um teto de consumo material, procurando gratificações em esferas não materiais [...] ou ficaremos presos na corrida acelerada da aquisição de número cada vez maior de bens” (SACHS, 1986a, p. 68).

Um caminho resolutivo para Sachs (1986a) seria o aumento do grau de conscientização ecológica originando um paradigma dos ecossistemas naturais, em que o homem teria uma percepção holística do seu *habitat* (subjetividade). Este cenário seria fértil a postura do ecodesenvolvimento, em que todos os mecanismos de produção são interligados e preocupados com os passivos ambientais e sociais, harmonizando objetivos sócio-econômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento.

Fundamenta-se um princípio de racionalidade social, ou substantiva, como abordado anteriormente, contraponto quaisquer tipos de regulamentação ou pré-condições aprisionadas para o planejamento ambiental. O ecodesenvolvimento supõe uma rede de aprendizado social altamente voltada ao território para a satisfação das necessidades humanas e sociais com a redefinição das estruturas de demanda e dos padrões de oferta. Tal engajamento não seria propício no cenário de mercado cêntrico, por não permitir a internalização dos custos ambientais com a diminuição da lucratividade, pois a racionalidade produtivista leva a empresas a internalizarem os lucros e externalizarem os custos sociais e ambientais do processo produtivo, causando danos sociais volumosos e muitas vezes irreversíveis.

As normas imperativas de mercado transfiguram-se numa notória premissa, da maximização do lucro pela minimização dos custos. Em uma vertente ecodesenvolvimentista, questionar-se-ia a minimização dos custos pela dos impactos ambientais. “Minimizar o desperdício e a poluição, diminuir a vulnerabilidade e maximizar qualidade como maleabilidade, segurança, conforto e beleza” (Brown APUD SACHS, 1986a, p. 133).

Assim, ecodesenvolvimento é voltado ao território (ecozonas) promovendo o uso completo e parcimonioso dos recursos disponíveis para a subsistência da população local presente e futura, de modo a minimizar os impactos ambientais com reutilização e reciclagem de recursos, incluindo os refugos produtivos, com auxílio de tecnologia desenvolvida para este suporte¹⁷ (SACHS, 1986a). O ecodesenvolvimento, enquanto gestão de desenvolvimento, estabelece um procedimento institucional flexível com diálogo entre a sociedade civil e o Estado, com objetivos constantemente monitorados e adaptados.

2.4.1 Demanda no Planejamento do Ecodesenvolvimento

As particularidades do ecodesenvolvimento quebram as relações miméticas de desenvolvimento de países pobres, que provocam desastres em âmbito ambiental semelhantes aos provocados historicamente pelos países ricos. Além de danos culturais e sociais locais, pela aplicação de técnicas e tecnologias criadas em contextos diferentes e muitas vezes opostos. Ou seja, quanto maior e mais rica a nação, maior é o impacto do seu modelo desenvolvimentista em âmbito global, considerando que quanto maior a nação, maior é sua propriedade de tecnologias e de recursos.

Essas relações produtivas carregam, conseqüentemente, padrões de consumo e estilos de vida aos países receptores, ou seja, essas sociedades tomam como signos sociais padrões concebidos em outros contextos e realidades, usualmente não adaptáveis às condições locais. “[...] Os segmentos mais ricos continuam a permitirem-se estilos de vida que resultam na perpetuação da iniquidade global, destruindo os recursos mundiais e perturbando o sábio equilíbrio da natureza” (SACHS, 1986a, p. 138).

¹⁷ Muitos exemplos e experiências produtivas podem ser citados para explicar todas as colocações do ecodesenvolvimento, incluindo ações de civilizações históricas. Contudo, não se pretende este aprofundamento no trabalho, que está voltado ao planejamento do ecodesenvolvimento, principalmente no corte que se faz em demanda. Para um maior aprofundamento consultar Sachs 1986a; 1986b, 2002.

A re-significação de crescimento num contexto de crise ecológica só é pertinente com mudanças de processos produtivos e comportamentais (demanda), diagnosticável no desejo e objetivos humanos e sociais. Guattari (1993) percebe que esta mudança vai além das operações cotidianas como consumo, por exemplo. O autor faz crítica aos objetivos de nação enquanto produção de energia nuclear, não favorecimento de distribuição de renda por políticas monetárias exploratórias ou, até mesmo, o financiamento da indústria bélica, subjugando as relações internacionais à máquina militar. O pensamento ambiental legitima um conjunto de valores e direitos que normatizam o comportamento social, “Mobilizando processos materiais e ações sociais para gerar padrões alternativos de produção, bem como novos estilos de consumo e de vida” (LEFF, 2001, p. 123).

Como nos argumentos explorados inicialmente neste trabalho, Guattari (1993) contesta o mercado como centro das relações humanas e a equiparação do valor cultural e do natural ao valor monetário. Esses pontos suportam o papel do Estado subordinado aos ditames mercantis mundiais e aos complexos militares. Essa dinâmica implica à problemática das três ecologias¹⁸ como um drama da modernidade.

Para a ruptura, conforme Guattari (1993), as relações subjetivas da nova sociedade devem ser reestruturadas pela mudança do contexto social ocasionado do surgimento de tecnologias, como os meios de comunicação de massa. “A ecosofia social consistirá, portanto, em desenvolver, práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser o seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho etc.” (GUATTARI, 1993, p. 16). Necessita-se reconstruir o conjunto de modalidades do ser social nesta nova subjetividade humana para o suporte a uma nova postura equilibrada entre meio e homem. Além das novas proposições produtivas e tecnológicas a questão ambiental, conforme Leff (2001), também projetará mudanças nos valores de conhecimento da sociedade.

A argumentação de Guattari (1993) expande-se pela crítica ao modelo capitalista que transbordou e submergiu áreas independentes da vida humana, como a social e a cultural, e provocou um desequilíbrio das três ecologias, ocasionando diversas mazelas sociais como destruição ambiental, má distribuição

¹⁸ As três ecologias: meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. A crítica de Guattari é mais extensa que a exposta aqui. Sua argumentação abrange diferenças entre sul e norte, entre leste e oeste, entre as relações homem-mulher, as lutas de classe, ideologias e etc.

de renda, movimentos racistas e outros. Assim, o planejamento ambiental passa pela discussão da subjetividade na vida moderna, em que as configurações simbólicas têm grande influência para o fortalecimento do equilíbrio ambiental com as três ecologias: ecológica, social e subjetiva. Pelo autor, a onda ambiental preconizará não somente a mudança da relação homem e meio-ambiente, mas também, a alteração de valores sociais suportados pela subjetividade. “[...] Terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique” (GUATTARI, 1993, p. 36). Este conceito aproxima-se da exploração de Sachs (1986b) ao diagnosticar restrições ao modelo de ecodesenvolvimento em sobrecargas culturais e institucionais. A construção histórica pesa sobre os modelos culturais da sociedade em relação aos seus estilos de vida e ao seu modo de utilização do tempo. A ordem institucional com os mecanismos de maximização do mercado infere no papel das atividades mercantis e não mercantis, um apêndice do setor mercantil por ele programado. Sachs (1986b) aprofunda a discussão relatando a atual ordem social legitimada pela estruturação de poder de uma elite mercantil, inculta nas instituições. Esta coalizão domina, inclusive, os meios de comunicação e a produção de signos permitindo sua continuidade no poder. Contudo, a sociedade civil pode reverter o cenário ao tomar consciência de seu poder. A emancipação é fruto da mobilização e da imaginação social, diretamente relacionada ao desenvolvimento local.

Isto condiciona a argumentação da pesquisa que propõe um novo olhar sobre a relação homem e meio, não somente ao que tange a natureza, mas incluindo as relações sociais com os sistemas de valores. Estabelece uma crítica ao mercado como centro (GUATTARI, 1993; SACHS, 1986a, 2002, RAMOS, 1989; POLANYI, 1980), ao assumir o conjunto de componentes ecosóficos cujo objetivo será, em particular, a instauração de novos sistemas de valorização para a sociedade, e não somente subordinado ao lucro. Todos os processos sociais são condicionados ao valor monetário, nivelando-os e alienando-os à sua hegemonia, e, então, a ecosofia possibilitaria um terreno fértil para o surgimento de outras formas de argumentação e estruturação na vida social, de outros valores mais libertários que possibilitem o desenvolvimento de demandas locais ou exteriores ao mercado. “A noção de interesse coletivo deveria ser ampliada a empreendimentos que em

curto prazo não trazem ‘proveito’¹⁹ a ninguém, mas em longo prazo, são portadores de enriquecimento processual para o conjunto da humanidade” (GUATTARI, 1993, p. 52).

A subjetividade é trama que desencadeia a natureza da satisfação humana, de como o homem percebe e se relaciona com o mundo, projetando seus anseios e articulando suas ações. Os modelos culturais implicam diretamente na relação do homem com o meio e estruturam as relações de ser e ter, refletindo como a matriz econômica entrelaça-se com as demais ordens humanas, como a cultural e a social.

O diagnóstico do **estilo de vida** de uma sociedade é necessário para o ecodesenvolvimento por refletir a postura de determinada sociedade em relação ao seu *habitat*, além, de demonstrar suas práticas de consumo e uso do tempo. Essas relações mostram o quanto é intrínseca a lógica mercantil. Sachs (1986a; 1986b) questiona as sociedades industriais na importância ofertada à produção de bens em detrimento a utilização do tempo em sociabilidade e atividades culturais. Esta prerrogativa implica num teto voluntário de consumo pela mudança espontânea da ordem de consumo e da cadeia de necessidades humanas.

Ao se mudar a lógica consumista, ou melhor, ao se restabelecer a subjetividade humana voltada à questão ambiental (ecosofia), proporcionando mudança nos estilos de vida das sociedades e em seus padrões de consumo externo à lógica mercantil, permite-se a orientação das sociedades à satisfação de necessidades não materiais, além, em ordem global, o favorecimento de uma melhor distribuição de riquezas para se garantir um piso mínimo de condições de subsistência humana, incorporando a determinação cultural das necessidades, transbordando a relação de necessidades biológicas e psicológicas (LEFF, 2001).

A simplicidade voluntária, como conceituou Sachs (1986a), é um objetivo de alcance longínquo, pois o conforto material e a acumulação de bens de *status* podem ser considerados ainda objetivo de vida, mesmo que ignoradas suas conseqüências malévolas ao bem-estar coletivo e ambiental. O autor considera ser este um caminho paulatino de transição de padrões culturais, considerando que existem interesses econômicos vigentes que se beneficiam do atual *status quo*. Toda a atual rede de consumo pelo consumo ou de estilos esbanjadores foram concebidos historicamente com grandes investimentos de capital, assim, atuam

¹⁹ Aspas do autor.

contrária à mudança comportamental. É baseada na noção de valor de uso que traz nenhum benefício ao consumidor além da relação de status em relação aos outros consumidores. “A transição do maldesenvolvimento ao ecodesenvolvimento exigirá a reconsideração simultânea das finalidades e das instrumentações, das estruturas do consumo no sentido mais amplo do termo, das funções de produção e das ordenações institucionais” (SACHS, 1986b, p. 39). Leff (2001) aprofunda afirmando que o sistema produção-consumo estrutura-se na interminável dicotomia entre satisfação e insatisfação, edificado na produção ideológica de necessidades para uma demanda inesgotável. Assim, a concentração da abundância, a distorção do valor de uso das mercadorias, a má distribuição de renda, a marginalização de indivíduos e a degradação ambiental são conseqüências da lógica mercantil, abalando a percepção de qualidade de vida e relacionando o bem-estar ao acúmulo material.

A mudança nas relações de demanda passa por três níveis de ação no planejamento ambiental, conforme Sachs (1986a):

- mudança de comportamento sem desperdícios no uso de recursos;
- medidas reguladoras dos aparelhos de consumo como equipamentos, máquinas e utensílios mais ecologicamente eficientes;
- utilização de padrões de consumo equivalentes aos atuais, que aproximem o valor de uso ao de satisfação. Um exemplo citado pelo autor é da opção por deslocamento a pé ou por bicicleta em detrimento ao transporte coletivo, ou este em detrimento à utilização de automóvel particular, considerando, obviamente, as distâncias, tempos e desconfortos.

Os modelos de consumo e os estilos de vida têm na concepção de uso de tempo um indicador para o planejamento ambiental. Conforme Sachs (1986b), tempo é um vetor de valores e atividades, que pode ser dividido em quatro categorias de tempo social e individual no estudo da problemática ambiental:

- tempo das atividades profissionais remuneradas;
- tempo das atividades econômicas fora do mercado de trabalho;
- tempo de outras atividades: lúdicas, educacionais, culturais e relacionais;
- tempo de repouso.

Esta divisão enquadra-se tanto às sociedades de economia de mercado como outros modelos sociais, pois o grau de importância e dedicação a cada uma

das categorias listadas é alterado, demonstrando os valores estruturais implícitos²⁰. O tempo disponível liga-se à liberdade cultural do indivíduo, enquanto soberania exercida sobre o tempo é a medida da liberdade, pura e simples, de acordo com Sachs (1986b).

O uso do tempo é intimamente ligado ao espaço e ao patrimônio, pois é nele que estão as casas, locais de trabalho e de lazer e as ferramentas para a ação humana. Contudo, o atual espaço ordenado e equipado é subordinado à toda concepção histórica mecanicista que provém o homem adaptando seu tempo ao território em que vive. Sachs (1986b) infere que o conceito de tempos-espacos (tempo anterior à concepção espacial ao urbanista e ao planejador) do desenvolvimento promove a oportunidade do uso variado, mutante e harmonioso do tempo implicando e melhor qualidade de vida com disponibilidade e maior controle do indivíduo sobre o seu tempo.

O estilo de vida atual subjugam-se às restrições do cenário estruturado na concepção espacos-tempos. A inversão desta lógica “Reconhecerá o primado dos homens que modelam a sua própria história aberta, dando-se ao elemento geográfico e ecológico uma interpretação possibilista”, conforme Sachs (1986b; p. 46).

A relação do indivíduo com a produção interfere em seus modelos culturais relacionando o tempo com a produtividade individual, ou seja, a percepção de tempo produtivo, por si só, é essência da lógica mercantil. Os modelos culturais, conforme Leff (2001) determinam a estruturação das necessidades e da demanda social, bem como o mecanismo para sua satisfação. Na postura de um paradigma equilibrado, o tempo produtivo origina a realização da personalidade humana. Isso pode acontecer dentro da esfera do trabalho, pois o tempo de outras atividades não significa ser emancipatório, ele pode ser passivo e não auto-realizador. A estrutura social deve permitir ao indivíduo a escolha em aproveitar as oportunidades de realização em todas as esferas do tempo. “Os tempos-espacos de desenvolvimento criam-se através de um processo coletivo de aprendizagem social e de liberação” (SACHS, 1986b, p. 47) permitindo a utilização da imaginação social concreta.

²⁰ Sachs (1986b) faz um primoroso mergulho na concepção de jornada de trabalho versus produção de bens, alegando que jornadas menores possibilitariam o emprego de maior contingente e um acesso maior às riquezas produtivas, levando a um maior bem-estar coletivo.

Os modelos culturais e os estilos de vida implicam diretamente no uso do tempo, tornando-o uma medida indicativa das relações de demanda no planejamento social. Sachs (1986b) aprofunda esta dinâmica relatando as crises originadas do maldesenvolvimento, não somente no âmbito ambiental, mas em toda cadeia social. Exemplifica alertando a imensidão de marginais não inclusos nos sistemas produtivos pelo atual uso do tempo em atividades remuneradas, refletindo uma jornada de trabalho não condizente com o cenário mundial, proveniente da mecanização de processos. Jornadas de trabalho mais curtas empregariam um contingente maior de trabalhadores possibilitando uma melhor distribuição de renda.

O bem-estar humano deve prevalecer no planejamento social em detrimento do acúmulo constante e suas mazelas conseqüenciais. As relações de demanda, modalidades de oferta e meio ambiente enfatuaem-se como pilares na tomada de consciência social em busca do desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, expressando-se em última instância pela escolha de estilos de vida.

Sachs (1986b) aprofunda este recorte diagnosticando que os modelos de desenvolvimento primam pela produção (oferta) resultando em estruturas de consumo capciosas ao consumidor. A aparente variedade de ofertas e a constante disponibilidade de novidades formam a padronização do conformismo, em que o indivíduo não pode usufruir a todas as suas possibilidades. A carência constante ocasiona a busca incessante pelo consumo de modo a satisfazer todas as suas necessidades²¹. Sachs (1986) cita Bettelheim ao explorar a escravização do consumo ao ser substituto das satisfações afetivas, pois o conforto material é acessível a quase todos. “A isto acresce o sentimento de incerteza e mesmo de frustração provocado pela aparente super-abundância de opções, que na verdade leva a comportamentos conformistas e a uma submissão ao modo de vida freqüentemente descrito pelo trinômio: trabalho, metrô, cama” (SACHS, 1986b, p. 57).

Esta estrutura permeia-se pelas opções de lazer no uso de tempo para outras atividades. As ações que em tese seriam fora mercado, acabam sendo alternativas ou pseudo-opções. Assim, o uso do tempo em outras atividades deveria

²¹ Creio que inferir ao o mercado extrema manipulação à sociedade necessita de aprofundamento, pois retira do indivíduo sua capacidade de discernimento. Contudo, a linha exposta refere-se ao mercado como lógica de vida, em que a aquisição material (lógica mercantil) toma todas as esferas da vida do indivíduo ofertando-lhe uma pseudo-satisfação de todas as suas necessidades, incluindo as não materiais,

ser libertador em relação ao uso do tempo em atividades profissionais, contudo, na racionalidade instrumental vigente, o mercado enraíza-se distribuindo sua lógica da maximização. A produção, como questionou Sachs (1986b), inferirá que qualquer valor de troca oferecido no mercado comporta um valor de uso e a busca da diferenciação do indivíduo pelo *status* não permitirá o questionamento desta premissa.

O ecodesenvolvimento caracteriza o desenvolvimento a partir do olhar ao território através do diálogo coletivo. Esta dinâmica permite a libertação do indivíduo pela busca real de seus anseios. Ou seja, o ecodesenvolvimento vai além da determinação de estratégias produtivas mais limpas, ele propõe um desenvolvimento endógeno, percebendo todos os cenários que compõe a vida social e a importância do indivíduo para o delineamento dessas estratégias. O desenvolvimento deve desencadear, como disse Sachs, “[...] O direito de cada homem a buscar a coerência de um projeto existencial no emprego do seu próprio tempo coletivo” (1986b, p. 58).

Diferenciam-se ao indivíduo as noções de ter e ser, ou seja, o consumo não mais constituiria o ser e indicaria ao ter somente a real satisfação das necessidades materiais.

“O homem não vive só de pão. Suas necessidades não materiais também têm de ser providas. Entre elas, cotam-se o acesso ilimitado à cultura, oportunidades de trabalho criativo em ambiente de trabalho adequado, convívio e participação ativa na condução dos negócios públicos, inclusive um planejamento participativo” (SACHS, 1986a, p. 76).

A diferenciação entre produtos essenciais e não essenciais é realizada no contexto social, econômico, histórico e ecológico determinado, sancionado pelo modelo cultural da sociedade em questão. Percebe-se a pluralidade dos ensejos individuais, permitindo sua manifestação. O respeito é legítimo a todas as formas de expressão em detrimento a um falso terreno de opções. Uma mudança de estilo de vida em mecanismos que concebem outros cenários como prioritários à vida humana, descentralizando o mercado, aceitando-o como um dos contextos, e não o único. As necessidades não materiais intensificam-se e preponderam-se nas delimitações do desenvolvimento. Outros índices de medida, fora o acúmulo financeiro, são empreendidos, permitindo a vazão à criatividade social e um desenvolvimento consistente dos territórios com modelos culturais holísticos e participativos.

A proporção do uso do tempo nas relações sociais deve permitir a legítima satisfação do indivíduo nos processos sociais. “Se continuarmos a nos apegar aos bens materiais, ao invés de aumentarmos a nossa liberdade, a produtividade social de trabalho tornar-se-á mais uma fonte a juntar-se às de nossa escravidão” (SACHS, 1986b, p. 27). Assim, o desenvolvimento unifica esforços para o bem-estar comum da sociedade, com a dignidade humana, justiça social, identidade nacional e respeito internacional.

Estes propósitos guiam a conduta dos movimentos *slow* enquanto movimento social. O movimento social é caracterizado como “Um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou planos comuns; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando fim específico ou mudança social” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 12).

Como apontou Scherer-Warren (1987), a sociologia adotou o termo **movimento social** na necessidade do estudo da sociedade a partir de manifestações como do proletariado francês ou das manifestações comunistas, a partir de Von Stein em 1840. Posteriormente este conceito sofre influência do marxismo acrescentando-se à sua definição a necessidade de uma consciência de classe com ideologia autônoma. Scherer-Warren (1987) estrutura movimento social em quatro pontos:

- práxis: toda ação para transformação social com consciência crítica;
- projeto: uma finalidade ou os objetivos para a ação transformadora;
- ideologia: princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de caráter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração do seu projeto;
- direção e organização: a forma de conduta do movimento.

Esta definição estrutura a caracterização do nosso universo de pesquisa, enquanto movimento social, e a delimitação do sujeito de pesquisa (movimentos *slow*) considerando:

- práxis: a desaceleração social enquanto repúdio à lógica produtiva aglutinando todas as esferas sociais;
- projeto: disseminação de um modo de vida mais equilibrado;

- ideologia: modelos culturais holísticos que possibilitem estilos de vida e estruturas de consumo menos predatórias e mais colaborativas ao que tangere o coletivismo e as esferas ambientais;
- direção e organização: particular a cada movimento analisado, mas que considere a participação e a manifestação coletiva e a disseminação de conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de construção de conhecimento pode ser realizado de modo coloquial, através da transferência de vivências pelas gerações ou por autoridade, termo utilizado por Kerlinger (1980) que designa alguém que possua credibilidade. A observação do meio estrutura-se, então, como uma fonte de conhecimento. Contudo, a construção de conhecimento científico é realizada além da observação, mas pela utilização de métodos e processos.

A ciência utiliza métodos para uma compreensão do meio e do diagnóstico de evidências. O diálogo entre fato e teoria é que permite a constante evolução do conhecimento científico, pois são os fatos que comprovam, adaptam, reconstróem e negam teorias. Castro (1978, p. 6) já expunha que “A ciência é uma tentativa de descrever, interpretar e generalizar sobre uma realidade observada”, que advém de dúvidas ou problemas de pesquisa.

3.1 PERGUNTA DE PESQUISA

O que se pretende, então, é utilizar a teoria do ecodesenvolvimento para o entendimento do objeto de estudo (movimento *slow*) e promover relações teórico-empíricas para a ampliação do conhecimento da área que inclui este trabalho. Assim, pergunta-se **como se desdobram as manifestações dos diferentes enclaves do ecodesenvolvimento no movimento *slow***, considerando a mudança da racionalidade dominante em relação às teorias tradicionais de desenvolvimento?

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

O processo de delineamento da pesquisa, no conjunto de construção de conhecimento científico, concebe a estruturação do trabalho com o intuito de firmar as conclusões para o problema a ser investigado. Kerlinger (1980, p. 94) corrobora

afirmando que [...] “Delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é conceituado e colocado em uma estrutura que se torna um guia para a experimentação”.

Com o escopo de validar empiricamente os objetivos de pesquisa, Kerlinger (1980) expõe o **método não experimental** para a manipulação de variáveis. Utilizaremos o estudo de caso que, conforme Bruyne (1997), é **exploratório** e com número significativo de informações, enfoca um objeto real de estudo, com amplas e descontroláveis variáveis.

A pesquisa desenvolvida está baseada, além da revisão bibliográfica, em muitos elementos empíricos. A experiência foi obtida do **estudo descritivo de casos** de movimentos que preconizam a filosofia *slow*.

Sob o ponto de vista de sua natureza, este trabalho pode ser considerado como uma pesquisa aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação em temas específicos. Enquanto abordagem do problema é enquadrada como pesquisa qualitativa. Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto de pesquisa, que não pode ser traduzida em números. Como a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, ela não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Esta pesquisa utiliza temas recentes, cujos conceitos são considerados ainda em construção. Sendo conceitos sem base sedimentada tanto conceitual quanto prática, a consideração de um método que utilize a investigação aplicada, pode tornar o processo mais adequado e proposições mais seguras.

Assim, este trabalho baseia-se em objetivos, não em hipóteses, e tem aplicação do **método de pesquisa indutivo**, no qual a observação de fatos particulares leva a conclusões gerais. Através do método indutivo, procura-se observar os fenômenos e descobrir a relação entre eles para a generalização destas relações. Segundo Ferreira (2002), a indução é o “Raciocínio pelo qual se estabelece uma proposição universal a partir do exame de alguns dos objetos de uma classe”. Pode-se considerar que a indução é uma generalização da experiência.

Do ponto de vista de seus objetivos pode ser classificada como pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito. Em relação aos procedimentos técnicos, conforme Gil (1991), o

trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo, pois trata de uma investigação empírica realizada em locais onde ocorre um determinado fenômeno.

3.3 UNIVERSO E SUJEITO DE PESQUISA

O **universo de pesquisa** abrange o **movimento social**, que é “Resultado de alterações culturais e mudanças de valores. Nessa linha estão aqueles autores preocupados com novos estilos de vida baseados em valores não materiais, possíveis graças à satisfação das necessidades básicas em sociedades pós-industriais “ (FERREIRA, 1999, p. 35) conforme a visão culturalista.

Dentro do universo descrito, o **sujeito de pesquisa** será configurado sob a perspectiva dos movimentos de organizações sociais legitimadas ou informais que se preocupam com a disseminação do conceito *slow*. Para este recorte, determina-se como **slow** o impulso na vida humana isolada e social, que projeta motivações e valores de equilíbrio do homem em relação ao meio e com sua própria identidade. Deslegitima as forças de mercado e a lógica da eficiência e pretende a construção da virtude, da inclusão, da reflexão, da cooperação e do respeito à diversidade.

Além de consulta bibliográfica, haverá pesquisa em periódicos científicos e não científicos e páginas virtuais dos movimentos utilizando a indicação de links para triangular e relacionar historicamente os movimentos e perceber quais deles têm maior expressividade. Utilizar-se-ão somente dados secundários pelo distanciamento geográfico do objeto de estudo. **Caracterizar-se-á o movimento slow pelos documentos evidenciados por sua organização**, assim, a referência dos movimentos no trabalho são a tradução de suas ações e projetos.

Na pesquisa dos sujeitos, encontraram-se quatorze movimentos sociais com características *slow* e crítica à conduta mecanicista. Para a seleção dos movimentos pesquisados, delimita-se como critério o tamanho do movimento considerando a sua abrangência e a penetração social, diagnosticados por: **(a) abrangência geográfica em atividades; (b) número de participantes; (c) tempo de existência** (ano de fundação) **e atividades realizadas** (descritas na análise material).

Mesmo com esses critérios, percebeu-se a não formalidade de controle dos membros dos movimentos que, com exceção do *Slow Food* e *Cittaslow*, não

registram seus participantes, apenas controlando o fluxo de visitas através da página virtual.

Como último critério de seleção, a relação e a profundidade das atividades realizadas, que extrapolam o manifesto de uma página virtual, mas que provoca manifestações com eventos e a promoção de pesquisa. Nos movimentos objetos de estudo é percebida em sua análise a promoção através da divulgação de casos e o suscitamento de pesquisa de acordo com seus escopos de atividade. Ainda, na maioria dos movimentos excluídos da análise, não se evidencia nem a data²² de fundação, mostrando a fragilidade de suas informações.

Tabela 2. Relação dos Movimentos Objetos de Estudo

Movimento	Foco	Origem	a	b	c
Slow Food	Alimentação	Itália	Internacional	85.000	1986
Cittaslow	Cidades	Itália	Internacional	100 ²³	1999
Slow Society	Sociedade	Suécia	Internacional	300 ²⁴	2006
Sustainable Every Day	Estilo de Vida	Inglaterra	Internacional	*	2005
Slow Movement	Estilo de Vida	Inglaterra	Internacional	*	2004
We are what we do	Estilo de Vida	Inglaterra	Internacional	*	2004

Fonte: Autor.

Assim, após a evidência de ações internacionais, da data de fundação (mais que quatro anos) e da mensuração de participantes, utilizou-se como recorte principal a articulação de ações além do portal virtual, como realização de eventos, projetos de pesquisa e publicações (esses pontos são descritos na apresentação análise dos resultados).

²² Os itens sem informação disponível aparecem como (-). Os itens não mensurados pelo movimento aparecem como (*).

²³ São 100 cidades em 10 países diferentes.

²⁴ Número de pessoas que participam regularmente dos eventos do movimento. Número fornecido por Tomas Moberg (coordenador do movimento) via contato por e-mail.

Tabela 3. Relação dos Movimentos Excluídos do Estudo

Movimento	Foco	Origem	a	b	c
Slow Home	Arquitetura	Inglaterra	Nacional	100 ²⁵	2005
Slow Planet	Estilo de Vida	Canadá	Nacional	-	2005
Super Slow	Exercícios	EUA	Nacional	-	2004
Slow Healing	Medicina	Inglaterra	Nacional	-	-
Slow Sex	Sexo	Itália	Nacional	-	-
Slow Down Now	Estilo de vida	Inglaterra	Nacional	-	-
Slow Retail	Produção / Gestão	Alemanha	Local	-	-
Tempo Giusto	Lazer	Alemanha	Nacional	-	-

Fonte: Autor.

3.4 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para responder à pergunta de pesquisa “**como se desdobram as manifestações dos diferentes enclaves do ecodesenvolvimento no movimento *slow***, considerando a mudança da racionalidade dominante em relação às teorias tradicionais de desenvolvimento?” estruturaram-se três categorias de análise para o objeto de estudo. As categorias balizaram-se do referencial teórico, atribuindo-as características que norteiam os modelos de desenvolvimento aqui explorados. Essas características obedecem à definição venal no léxico da língua portuguesa.

Por tratar-se de relações não exatas da idiosincrasia social, considera-se a parcialidade de ação do movimento *slow* em situações diversas, que pode enquadrar-se em qualquer um dos conceitos explorados no quadro abaixo. Todavia, as categorias aplicar-se-ão nos movimentos estudados pela análise documental.

As categorias aqui expostas relacionar-se-ão às manifestações destacadas na apresentação e análise dos resultados, para então, ocorrer a identificação dos enclaves²⁶ do ecodesenvolvimento no movimento *slow*.

²⁵ É o número de arquitetos adeptos oficialmente ao movimento. Número fornecido por John Brown (editor da página virtual) via contato por email.

Tabela 4. Categorias de Análise

		Maldesenvolvimento	Ecodesenvolvimento
Demanda	Estilos de Vida	<ul style="list-style-type: none"> - Uso do tempo aprisiona; - Expansão; - Competição; - Dominação; - Quantidade; - Eficiência é fim. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso do tempo liberta - Conservação; - Cooperação; - Parceria; - Qualidade; - Eficiência é meio.
	Modelos Culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Auto-afirmativo; - Racional; - Linear; - Reducionista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Intuitivo; - Sintético; - Não Linear; - Holístico.
	Estruturas de Consumo	<ul style="list-style-type: none"> - Predatório; - Ter > Ser; - Alienador; - Consumo material supre necessidades não materiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborativo; - Ter < Ser; - Emancipador; - Faz-se a distinção de necessidades materiais e não materiais.

Fonte: Adaptação de Sachs 1986a; 2002.

3.5 COLETA DE DADOS

O processo de pesquisa científica estabelece um diálogo com o ambiente no momento que promove construção do conhecimento teórico-empírico, ou seja, a pesquisa científica tem na coleta de dados um dos pilares para sua constituição. Bruyne (1977, p. 201) já explanou este processo afirmando que “A pesquisa científica constrói-se por referência com o mundo dos acontecimentos, [...] de uma ‘realidade’ suposta; ela deve ‘retomar os ensinamentos fornecidos pela realidade para traduzi-los em programa de realização”.

No pólo técnico, Bruyne (1977) coloca a coleta de dados na esfera teórica, ou a articulação do conhecimento sedimentado como processo de pesquisa de campo. Para o trabalho de campo, Neto (1994) ainda afirma a tênue relação da pesquisa teórica, o objeto a ser pesquisado e o campo a se explorar, pois é uma

²⁶ A definição para a utilização do termo é a articulação das categorias do ecodesenvolvimento com a paridade na análise material. Esta definição não tem a mesma função que a utilização de enclaves por Ramos (exposto anteriormente).

realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto.

Os mecanismos de coleta de dados utilizados foram observação, fundamentada em pontos pré-definidos e pesquisa bibliográfica. Diagnosticadas as formas de manifestação dos movimentos através de **análise documental em dados secundários**: suas **publicações**; seus **eventos**; a manifestação de seus **participantes**; de Honoré (2006) e, principalmente, através das **páginas virtuais**, considerando as distâncias geográficas que separam o pesquisador do objeto de estudo. Essa distância implica em limitações na pesquisa e nos seus resultados, pois **articula os movimentos através de suas publicações e atividades**.

Para coleta material do objeto de pesquisa, considera como fonte documental a **página virtual como suporte para a pesquisa em documentos fornecidos pelos movimentos**, considerando:

- conteúdo das informações;
- temáticas das atividades e projetos;
- temática e área das publicações;
- abordagens conceituais;
- filosofia e missão;
- referências indicativas (*hiper link*).

3.6 ANÁLISE MATERIAL

A prerrogativa que a coleta de dados não se encerra nela mesma é defendida por Patton (2001, p. 371) ao afirmar que “*The process of data collection is not an end in itself. The culminating activities of qualitative inquiry are analysis, interpretation, and presentation of findings*”. Triviños (1987) corrobora afirmando a tênue separação entre coleta e análise, muitas vezes concomitante.

A análise caracteriza a etapa da investigação científica na função de desvendar as manifestações inerentes aos dados, não diretamente visíveis, implicando na verificação dos objetivos de pesquisa, conforme Gomes (1994). O conceito de ‘dado’, de acordo com Triviños (1978) é o resultado da coleta em pesquisa quantitativa, por ser facilmente mensurável, enquanto em pesquisa

qualitativa o termo correto é ‘material’, por ser mais abrangente. O procedimento de análise material será análise da enunciação em análise categorial de conteúdo que “Apoia-se numa concepção da comunicação como processo e não como dado” (BARDIN, 2004, p. 163).

O método fenomenológico empregado preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações.

A partir da coleta de dados, caracterizar-se-ão os movimentos em seu escopo e filosofia, transcrevendo suas ações para gerar informações na análise transversal das amostras e considerações concernentes ao objeto e, assim, perceber os enclaves do ecodesenvolvimento nos movimentos slow.

Os enclaves serão destacados em **negrito** ao decorrer do texto de análise material para então serem comparados às categorias de análise em tabela ao fim do capítulo. As ponderações sobre a manifestação dos enclaves estarão no capítulo posterior (Considerações Finais).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE MATERIAL

Este capítulo estrutura-se na contextualização do surgimento do movimento *slow* e na análise dos movimentos objetos de estudo. A análise é dividida em três blocos: movimento *slow food*; *cittaslow*; e outros movimentos. Essa divisão é balizada pela abrangência das ações dos movimentos, pois o *Slow Food* e o *Cittaslow* têm maior representatividade, assim, os outros quatro movimentos compõem o terceiro bloco de análise. Também, considera-se o ano de fundação, pois o *Slow Food* e o *Cittaslow* são os pioneiros do movimento *slow*.

A análise é fruto das informações de dados secundários, assim, **quando o movimento é referido entende-se que a análise é sobre a documentação e suas manifestações**. No decorrer da análise, destacam-se no texto as manifestações consoantes ao ecodesenvolvimento que se relacionarão com os enclaves definidos pelas categorias de análise (item 4.5 Manifestação dos Enclaves).

Os destaques serão em quatro cores para a visualização dos enclaves. Em preto (negrito) para os enclaves em **Estilo de Vida**; em Vermelho, para **Modelo Cultural**; em azul para **Estrutura de Consumo**; e em verde para enclaves **Mistos**.

O último item desse capítulo resgata em quatro tabelas as manifestações e relaciona-as com os enclaves do ecodesenvolvimento compostos nas categorias de análise. As tabelas dividir-se-ão pela composição de demanda no planejamento de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986a; 2002) e conduzem a composição do último capítulo, as considerações finais.

4.1 CONTEXTO E HISTÓRIA DO MOVIMENTO SLOW

Todas as culturas primitivas, mesmo com longas distâncias cronológicas e espaciais, desenvolveram uma maneira de materializar o tempo, por uma simples razão: o planejamento das ações. Como saber o momento do plantio ou da colheita para o melhor resultado da agricultura? Caçadores glaciais registrando as fases lunares com fendas em gravetos; os calendários fenícios, sumérios, babilônicos ou egípcios; as ampulhetas gregas; mas o ápice dominante do tempo acontece com a

invenção do relógio mecânico na Europa no século XIII. O relógio introduz um maior controle sobre as ações produtivas da sociedade, tornando-se cada vez mais visceral ao cotidiano das pessoas, condicionando com opulência o comportamento.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, começa a se alastrar somente no começo do século XX pelo mundo. Assim, a mecanização, a linha de produção e o crescimento do proletariado produzem mudança cultural e sócio-político-econômica no mundo do trabalho, antes essencialmente agrícola e artesanal. Esta nova forma de produção em série e em grande escala necessitava de uma demanda que o limite interno de seus países não suportaria. Então, a busca de novos mercados, o neomercantilismo, a colonização econômica e política disseminam sua estrutura cultural em diversas sociedades comprometendo a lógica do uso do tempo.

O relógio junto à revolução tecnológica constituem um marco de alteração das estruturas sociais ao fim do século XVIII. As máquinas produziram num só dia todo o volume de produção da vida de um artesão. Jornadas de trabalho, horários comerciais, intervalos e tempos específicos para alimentação são instituídos penetrando-se, inclusive, na vida doméstica. A degustação de um simples almoço é atropelada pelo intervalo do trabalho e rigidamente constituída ao meio dia.

Os estilos de vida são tomados pela austeridade do tempo. O sistema produtivo alimenta-se de tempo e da eficiência com a otimização da linha de produção. Os pressupostos do mercado são absorvidos pelos seus atores, constituindo modelos culturais que modificam seu estilo de vida. Assim, a pontualidade torna-se uma virtude.

As tecnologias e as invenções permitem uma maior agilidade de transporte, de comunicação, de alimentação, de moradia e de tudo que se permita, revelando o quanto a civilização já se desviou do caminho.

As manifestações do uso de tempo são refletidas na otimização (em seu sentido produtivo), ou seja, fazer mais em menos tempo legitimando a premissa de que tempo é dinheiro, uma profunda tradução do mercado centro das relações humanas e sociais. Esta manifestação enraíza-se em diversas esferas que não a do mercado. Nas cozinhas, nas salas de concerto, nas galerias de arte, nos parques, nos hospitais, nas escolas, no trânsito, no médico, na academia, na terapia, enfim, todos os processos contaminam-se com a velocidade.

Historicamente, a Itália desponta como uma das cozinhas melhores elaboradas do planeta, reflexo do valor à alimentação que seu povo identifica. A cultura do *mangiare bene* faz parte dos modelos culturais dos italianos. Contudo, em 1986, a tradicional rede mundial de franquias de *fast food* *McDonald's* inaugura sua primeira unidade em Roma ao lado da famosa *Piazza di Spagna* (HONORÉ, 2006). Como manifestação contrária à mercantilização da alimentação e do paladar, Carlo Petrini, escritor especializado em culinária, encabeça um grupo de 62 pessoas que cria o *Slow Food*. Assim, o movimento *slow* surge com o propósito de **disseminar um estilo de vida mais equilibrado e qualitativo** (HONORÉ, 2006)..

O movimento defende o oposto da prática do *fast food*: produtos frescos e sazonais da própria região (**territorialidade**), receitas culturais de gerações, agricultura sustentável, produção orgânica e artesanal, refeições tranqüilas com convívio social **sem a determinação temporal** (HONORÉ, 2006)..

Outros movimentos surgem posteriormente propondo a desaceleração a diversas práticas sociais, com o respeito às pessoas e ao ambiente. Surgem manifestações em prol de planejamentos urbanos que respeitem a natureza, os cidadãos, facilidades de deslocamentos e espaços coletivos (*Cittaslow*); de sociedades mais equilibradas (*Slow Society*); que procuram a harmonia na construção de casas entre os habitantes, à área geográfica e à natureza (*Slow Home*); que procuram a disseminação de estilos de vida mais holísticos (*Slow Down Now*; *Slow Movement*; *We are what we do*; *Slow Planet*); e movimentos que pregam a sustentabilidade em todas as ações do cotidiano do indivíduo (*Sustainable Every Day*), além de outros que manifestam a desaceleração no trabalho, na medicina, no sexo, no lazer e na educação de crianças.

Existe um grande denominador comum a todas estas manifestações: o equilíbrio do uso do tempo. Como explanou Michaela Schmoczer, secretária da Sociedade para a Desaceleração do Tempo, “Pertencer ao movimento *slow* não significa que devemos ser sempre lentos, ou que tenhamos de ser sempre sérios e profundos, ou que queiramos estragar o prazer dos outros. Há nada de errado com a seriedade, mas não precisamos perder o bom humor” (HONORÉ, 2006, p. 52).

A proposta do movimento *slow* não é a vagarosidade constante das ações, mas o cuidado e a inteligência do tempo correto para cada atividade, traduzido no equilíbrio. Carlo Petrini, fundador do *Slow Food*, já afirmou que:

“Ser devagar é controlar os ritmos da nossa vida. É você quem decide em que velocidade deve andar em determinado contexto. Se hoje eu quiser andar depressa, vou depressa; se amanhã quiser andar devagar, vou devagar. Estamos lutando pelo direito de determinar nosso próprio andamento” (HONORÉ, 2006, p. 28).

É possível fazer as coisas rápidas, contudo, mantendo *slow* o estado de espírito. Não é a busca da desaceleração como alternativa, mas como maneira de ser, de se constituir como ser humano e como sociedade. A mudança para o predomínio da racionalidade social substantiva, em que a lógica da eficiência, a instrumentalidade, recolha-se somente as esferas que são necessárias, como tecnologias e produções limpas, mas afastando-se cada vez mais como juíza do comportamento humano e não caracterizando a lógica dos nossos modelos culturais. “Na medida em que os usos de tempo constituem bom indicador dos estilos de vida e também das desigualdades sociais, a sua análise parece oferecer uma boa entrada na matéria que aqui nos interessa” (SACHS, 1986b, p. 41).

4.2 O MOVIMENTO SLOW FOOD

O *Slow Food*, em sua filosofia, propõe uma maior interação do homem com seu grupo social, com seu meio (**território**), com o **resgate cultural** não massificado e com os **processos produtivos equilibrados**. Tem como conduta a ecogastronomia, na qual a boa alimentação é intrínseca à **proteção ambiental** (<http://store.slowfood.com>). Abaixo segue tabela com a cronologia do movimento, para o diagnóstico do seu crescimento e ações.

Tabela 5. Cronologia do Movimento *Slow Food*. Continua.

1989	Assinado o manifesto <i>Slow Food</i> com delegados de 15 países – Paris / França.
1990	Criada a <i>Slow Food Editore</i> – Bra / Itália. Realiza-se o primeiro <i>Slow Food International Congress</i> – Veneza / Itália.
1992	Inaugurado o <i>Slow Food Alemanha</i> (Königstein).
1993	Inaugurado o <i>Slow Food Suíça</i> (Zurique).
1996	Torna-se entidade legal. Inaugura-se o Escritório do <i>Slow Food International</i> – Bra / Itália.
1997	Acontece o segundo <i>Slow Food International Congress</i> – Orvieto / Itália.
1998	Acontece o terceiro <i>Slow Food International Congress</i> – Turin / Itália.

Tabela 5. Cronologia do Movimento *Slow Food*. Conclusão.

2000	Acontece o primeiro <i>Slow Food Award for the Defense of Biodiversity</i> – Bolonha / Itália. Inaugurado o <i>Slow Food</i> Estados Unidos (Nova Iorque). Lançado o Projeto <u>Presidia</u> – Bra / Itália.
2001	Lançada a página virtual www.slowfood.com The New York Times Magazine considerou o movimento como uma das “80 idéias que sacudiram o mundo”.
2002	O Comissário Europeu Romano Prodi apresenta Carlo Petrini com o Prémio Sicco Mansholt, para a contribuição do <i>Slow Food</i> para a agricultura sustentável – Bruxelas / Bélgica.
2003	Inaugurado o <i>Slow Food</i> França (Lastour). Acontece o quarto <i>Slow Food International Congress</i> , com mais de 600 delegados que decide concentrar esforços nos países em desenvolvimento – Nápoles / Itália. A primeira edição de <i>Aux Origines du Gout</i> é realizada – Montpellier / França
2004	Inaugurado o <i>Slow food</i> Japão (Sendai). O <i>Food and Agriculture Organization</i> (FAO) das Nações Unidas começa colaboração oficial ao movimento <i>Slow Food</i> – Roma / Itália. Inaugurada a Universidade de Ciências Gastronômicas – Pollenzo / Itália. Acontece o primeiro <u>Terra Madre</u> encontro mundial de alimentos da comunidade com mais de 5 mil agricultores e produtores – Turin / Itália. A revista Times indica Carlo Petrini um dos vinte e nove heróis europeus .
2005	Inaugurado o <i>Slow food</i> Inglaterra (Ludlow). O <i>Slow Food</i> juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, apresenta um seminário no Fórum Social Mundial – Porto Alegre / Brasil. Primeiro Convívio do Quênia e a realização da <u>Terra Madre</u> – Machakos / Quênia.
2006	Comemorações do vigésimo aniversário.
2007	<i>Vignerons d'Europe</i> : encontro de mais de seiscentos vinicultores – Montpellier / França. Acontece o primeiro <i>Slow Food Day</i> na França. Acontece o terceiro <i>Slowfish</i> em Gênova / Itália. <u>Terra Madre</u> Brasil congrega a rede nacional de alimentos da comunidade – Belo Horizonte / Brasil. Acontece o quinto <i>Slow Food International Congress</i> – Puebla / México.
2008	Inaugurado o <i>Slow Food</i> Austrália e o <i>Slow Food</i> Holanda. Carlo Petrini é nomeado pelo jornal <i>The Guardian</i> uma das “50 pessoas que podem salvar o planeta”. Acontece o <u>Terra Madre</u> em Middelburg / Suíça. Primeira edição do <i>Slow Food</i> Nacional em São Francisco / EUA. Acontece o <u>Terra Madre</u> em Waterford – Irlanda. Terceira edição do Terra Madre Internacional reuniu quatro mil produtores, oitocentos cozinheiros, trezentos estudantes, mil jovens e duzentos músicos (1652 comunidades).

Fonte: <http://store.slowfood.com>

O movimento aglutina mais de 85 mil membros²⁷ nas suas nove unidades (Itália, França, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Japão, Estados Unidos, Austrália e Suíça) e em 132 países. Conta, também, com mais de mil *convivia* em 77 países. A *convivia* é a expressão local da filosofia *Slow Food* e é formada por instituições, restaurantes e produtores que promovem encontros para a proteção dos alimentos tradicionais, degustações e organização de seminários em regiões que não tem as unidades do movimento. Também incentivam *chefs* na busca e utilização de ingredientes e pratos locais, nomeiam produtores para a participação de eventos internacionais e executam projetos de educação em escolas, sempre disseminando a apreciação do prazer e da qualidade de vida cotidiana (<http://store.slowfood.com>).

Para uma visão genérica dos participantes, destacaremos em vermelho: na *Figura 2*, os 77 países que possuem os *convivia*; na *Figura 3* os 132 países que possuem membros do movimento; e na *Figura 4*, os 150 países que participaram da Terra Madre.



Figura 2. 1003 *Convivia* em 77 países. Fonte: MONCHIERO, 2008.

²⁷ Torna-se membro após filiação com pagamento de uma taxa para recebimento do cartão, dos guias de restaurantes adeptos à filosofia, o manifesto e os jornais trimestrais.



Figura 3. Membros em 132 Países. Fonte: MONCHIERO, 2008.



Figura 3. Madre Terra em 150 países. Fonte: MONCHIERO, 2008.

Em seu manifesto fica evidente **o repúdio ao modelo de mercado cêntrico** justapondo todas as esferas da vida social e modificando os modelos culturais e os estilos de vida da sociedade.

“O nosso século, que se iniciou e desenvolveu-se sob a insígnia da **civilização industrial**, inventou a primeira máquina e, em seguida, tomou a sua **vida como modelo**.

Somos **escravizados pela rapidez** que sucumbiu todos ao mesmo vírus insidioso: *Fast Life*, que perturba os nossos hábitos, impregna a privacidade dos nossos lares e nos obriga a comer *fast foods*.

Para ser digno desse nome, *Homo Sapiens* deve livrar-se da velocidade antes que se reduza a uma espécie em perigo de extinção.

Uma firme defesa da **tranqüilidade da satisfação material** é a única forma de se opor à loucura universal da *Fast Life*.

Talvez, doses adequadas e garantidas de prazer lento preservem-nos do contágio do frenesi da eficiência.

A nossa defesa deve começar à mesa com o *Slow Food*. Vamos redescobrir os **sabores da cozinha regional** e banir os efeitos degradantes do *Fast Food*.

Em nome da produtividade, *Fast Life* mudou nossa maneira de ser e ameaça o nosso **meio ambiente** e as nossas paisagens. Então *Slow Food* é agora a única resposta verdadeiramente progressista.

Isso que é uma real cultura: desenvolvendo gostos mais que os denegrindo. E que forma melhor para definir isso que uma troca internacional de experiências, conhecimentos e projetos?

Slow Food é a garantia de um futuro melhor. *Slow Food* é uma idéia que precisa ser qualificada com muitos adeptos que podem ajudar a transformar esta marcha (lenta) em um movimento internacional, tendo o pequeno caracol como símbolo” (<http://store.slowfood.com>).

A crítica ao uso acelerado do tempo, oriundo da lógica produtiva que altera os modelos culturais e estilos de vida, considera a busca do **equilíbrio da vida entre a satisfação material com os prazeres da vida**. Em sua filosofia afirma “Nós acreditamos que todos têm o direito fundamental ao prazer e, conseqüentemente, a responsabilidade de proteger o patrimônio dos alimentos, a tradição e a cultura, que tornam possível esse prazer” (<http://store.slowfood.com>). Suas proposições superam a relação com o gosto do alimento, mas o cuidado com a produção no que se refere a danos ambientais e ao **desenvolvimento das comunidades locais**.

Tem ramificações no desenvolvimento territorial sustentado por **considerar como co-produtores os consumidores**. Pois, de acordo com o movimento, participar do sistema produtivo é conhecer a produção e apoiar ativamente os produtores. Propõe uma **cadeia interligada de pessoas** com um processo de **aprendizado coletivo** voltado ao território, com o respeito à **biodiversidade, à cultura e à autonomia produtiva**. Sua missão descreve “*Slow Food* trabalha para defender a biodiversidade na oferta de alimentos, a educação e a difusão do sabor com a ligação dos produtores e dos co-produtores, através de eventos e iniciativas” (<http://store.slowfood.com>).

Evidencia-se em suas críticas que a alimentação precisa ser cultivada, preparada e consumida em ritmo de tranqüilidade. Estrutura-se como uma **luta contra a mercantilização dos alimentos** e da comida como um objeto de consumo acumulativo que transforma em obesos várias populações do planeta. Concebem que a alimentação não é satisfeita por consumo material, mas por uma necessidade

biológica **integrante de um meio ambiente**. Respeita a biodiversidade em detrimento à linha de produção que não respeita sazonalidades, zonas geográficas e tempos de criação de animais. É papel do co-produtor (consumidor) combinar esforços para salvar inúmeros tipos de grãos, de legumes, de frutas, de raças de animais e de produtos alimentares que estão quase extintos pela conveniência alimentar e de agronegócio. Através da Ark of Taste, do Projeto Presidia (apoiados pela Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade) e do Terra Madre, o *Slow Food* visa proteger o inestimável patrimônio alimentar.

O movimento convenceu o governo italiano em colocar a disciplina 'estudos alimentares' nos currículos escolares. Também ajudou o governo alemão a lançar o programa 'Educação do Paladar'. Economicamente ajuda a colocar no mercado elementos artesanais que estão em vias de extinção (HONORÉ, 2006). Promove encontros de pequenos produtores, que de modo associativo, conseguem mais força para distribuir seus produtos. Promove, também, a degustação de pequenas produções com *chefs*, lojas e *gourmets* de todo mundo. Na Itália o movimento salvou 130 espécies de plantas que estavam quase extintas, incluindo uma espécie de javali silvestre de Siena e outras espécies de frutas na Grécia e França. "Slow Food também promove uma bem-sucedida campanha para ressuscitar as saborosas espécies raras de peru, que faziam a festa das ceias de Ação de Graças de toda família americana até que os sensaborões da agroindústria tomassem seu lugar" (HONORÉ, 2006, p. 78).

O *Slow Food* Internacional coordena e promove o desenvolvimento do movimento mundial e as atividades dos vários organismos nacionais. Ele é gerido por um Conselho de Administração Internacional, eleito a cada quatro anos no Congresso Internacional *Slow Food*. O Conselho de Administração é composto por Carlo Petrini, presidente internacional, por três vice-presidentes, um secretário, bem como por os presidentes das associações nacionais.

O Conselho de Administração Internacional é o mais alto órgão de gestão as políticas e estratégias de desenvolvimento. As Associações nacionais coordenam eventos e projetos, de acordo com as necessidades de seus próprios países. O *Slow Food* Internacional tem sede em Bra, Itália.

4.2.1 Fundação pela Biodiversidade e o *Salone Del Gusto*

A Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade foi criada em 2003, com o apoio de autoridades da região de Toscana. Tem estrutura independente ao *Slow Food*, assim como a *Ark of Taste* e o *Projeto Presidia*. Executa projetos em **defesa da biodiversidade agrícola** e das tradições gastronômicas, especialmente nos países em desenvolvimento, na qual a questão prioritária não é a melhoria da qualidade de vida, mas a própria sobrevivência dos produtores, das comunidades e das culturas. Mais especificamente, ela promove um **modelo sustentável da agricultura respeitando o ambiente, a identidade cultural e o bem-estar dos animais, apoiando qualquer comunidade local, o direito de decidir o que produzir e o que consumir** (<http://store.slowfood.com>). Esta fundação sem fins lucrativos é financiada por doações dos membros, da indústria alimentícia, dos organismos públicos, das empresas privadas e de outros setores interessados em apoiar projetos *Slow Food*, destinados a preservar a biodiversidade.

São inúmeras as ações em prol da biodiversidade e de proteção ao meio ambiente que o movimento realizou. A conduta de pequeno, local e sem pressa não é antônima da globalização. A expressão **globalização virtuosa** (apud HONORÉ, 2006) é utilizada por Petrini ao referir a necessidade de intercâmbio de produtos pelo mundo, mas respeitando os tempos de produção, os climas, as sazonalidades e a diversidade das espécies. Para isso a fundação realiza o *Salone Del Gusto*, uma feira bienal que acontece desde 1996, como resposta à padronização de alimentos criados pelas grandes corporações, originando a baixa qualidade dos produtos. Sua intenção é preservar a gastronomia (cultural e ambiental) **revitalizando micro-economias e pequenas propriedades produtivas**. Na sua última edição em 2006 contou com mais de 170 mil visitantes, 167 estandes, 400 bancas de vendas e vinacoteca com milhares de rótulos. Participaram pelo *Presidia* 300 artesões (200 italianos e 100 estrangeiros) e mais de 1.000 alunos em oficinas. Realizou 23 conferências com participação superior a 1.180 pessoas. É o local ideal para promover a educação e informar ao público sobre a ameaça à biodiversidade e outras preocupações eco-gastronômicas (<http://store.slowfood.com>).

A Fundação também instituiu o *Slow Food Ward* em 2000 para identificar e **desenvolver a investigação, a produção, a divulgação e a documentação que**

beneficiam a biodiversidade da agroindústria seu público é composto por pesquisadores, agricultores, distribuidores, professores, associações de profissionais e empregadores como, também, todos aqueles que contribuem para cessar a destruição de plantas e animais do patrimônio que constitui a cultura alimentar de uma nação, e manter um equilíbrio ecológico do planeta.

O Prêmio comporta um júri internacional, composto por centenas de observadores e especialistas localizados em cada canto do mundo para descobrir os as atuações locais. Afirmam que os ganhadores são os verdadeiros heróis do nosso tempo, as personagens importantes que consideram o alimento como uma expressão da cultura e da identidade de um povo enraizado no passado e as possibilidades de desenvolvimento no futuro. Estes homens e mulheres são muitas vezes solitários e anônimos em suas atividades no cultivo do solo, melhorando a pecuária, a comercialização, os seus métodos produtivos e transmitindo sua sabedoria para construir um conhecimento local (MONCHIERO et al, 2008).

Slow Food tem como objetivo dar-lhes o reconhecimento financeiro, mas, sobretudo na promoção e na valorização das suas atividades, através das publicações e ventos que o Movimento *Slow Food* organiza durante o ano.

4.2.2 Terra Madre

Terra Madre é o projeto do *Slow Food* para construir uma rede internacional de produtores de alimentos frescos e representantes das **comunidades locais**, cozinheiros, professores universitários e jovens a criar um sistema de “*good, clean and fair*” na produção alimentar, respeitador do planeta terra, das pessoas que nele vivem e com a diversidade dos seus gostos, alimentos e culturas. Em um mundo dominado pelas agroindústrias, a Terra Madre apóia ativamente **um modelo de produção pequeno, sustentável e local** (<http://store.slowfood.com>).

Conta com mais de 1.000 cozinheiros e *chefs* de todos os continentes, conscientes do seu papel no apoio ao trabalho da **pequena produção de alimentos das comunidades**. Eles afirmam através de suas ações, que o prazer não pode ser separado da responsabilidade com os produtores, sem os quais nenhum dos seus trabalhos aconteceriam. Ao colaborar com produtores, eles **preservam a tradição**

cultural e combatem a padronização dos produtos alimentares, comunicando a sua filosofia para os consumidores através dos seus restaurantes (<http://store.slowfood.com>).

Participam 450 universitários de 250 universidades e centros de investigação de todo o mundo, empenhados, dentro dos seus campos de especialização, para a promoção da preservação e **crescimento sustentável da produção alimentar**, através da **educação pública e treinamento alimentar**. Procuram diminuir a distância entre a teoria e a prática para compartilhar os valores da Terra Madre, auxiliando os produtores não apenas por meio de conhecimento científico com o **intercâmbio dentro das comunidades locais**, mas também, ouvindo-os e aprendendo a partir da sua primeira experiência (<http://store.slowfood.com>).

Um braço da Terra Madre é a Rede da Juventude, lançada no quinto Congresso Internacional *Slow Food*, no México em 2007. Este movimento empenha-se na defesa dos gêneros alimentícios e da cultura. Nascido de uma idéia conjunta dos estudantes da Universidade de Ciências Gastronômicas e do *Slow Food* EUA, é formada por estudantes universitários, jovens produtores, cozinheiros e ativistas. A iniciativa destaca a importância da promoção da nova geração de pequena escala da produção alimentar beneficiando as economias locais, o ambiente e a justiça social. A Rede da Juventude garante que conhecimento da produção agrícola e alimentar é passado sobre a criação de uma nova geração de ativos "co-produtores".

O evento Terra Madre é bienal e aproxima as redes das comunidades a encontros informais e em seminários para discutir e resolver problemas comuns. No evento é possível ver vaqueiros do Quênia e da Sibéria, cultivadores de frutas da Califórnia e do Peru, pescadores da Holanda e da Coreia, todos compartilhando refeições, pontos de vista e amizades (MONCHIERO et al, 2008).

A diversidade aparentemente anárquica implica uma abordagem alternativa para a qualidade dos alimentos. Uma abordagem que leva em conta não só as características sensoriais daquilo que comemos, mas também os **recursos ambientais e globais equilibrando a dignidade dos trabalhadores e da saúde dos consumidores** (<http://store.slowfood.com>).

O evento foi realizado pela primeira vez paralelo ao Salone del Gusto de 2004. Durante a reunião, os delegados participaram dos seminários e das discussões em torno dos temas centrais da sustentabilidade, da biodiversidade, da

comunidade e do desenvolvimento local. A experiência inspirou muitos a organizarem pequenas reuniões posteriores entre si, dando origem a uma rede internacional (<http://store.slowfood.com>).

Em 2006, a segunda edição da Terra Madre atraiu 9.300 participantes, incluindo: 5.000 artesões e produtores de pequena escala; 1.600 comunidades de 150 países; 1.000 cozinheiras (incluindo cozinheiros, restaurantes e cozinheiros domésticos); mais de 400 acadêmicos de 225 universidades e ONGs; 2.300 representantes institucionais e 1.000 jornalistas.

Manifestam que, se alguma mudança vai ser feita à forma como alimento é consumido e produzido, a nova geração tem que estar envolvida. Assim, o espaço dedicado pela terceira edição da Terra Madre, em Turim, para os jovens. Na Terra Madre 2006 os novos participantes eram cozinheiros, professores e acadêmicos (MONCHIERO et al, 2008). Na Terra Madre 2008 reuniram-se um número estimado de 1.000 estudantes e jovens agricultores do norte e do sul que se uniram em um novo *Slow Food International Youth Network*. O evento acolhe também cantores, músicos, bailarinos e narradores dos **alimentos das comunidades**. Uma extensão natural do *Slow Food*: interpretação holística da cultura alimentar.

Outros encontros regionais realizaram-se na Suécia, no Brasil (mais de 500 participantes), na Índia (480 participantes), no Quênia e na Bielorrússia e outros planejados para os Países Baixos, Irlanda e Hungria (<http://store.slowfood.com>).

4.2.3 Ark of Taste

Ark of Taste é um projeto lançado em Turim em 1996 para catalogar, descrever e chamar a atenção pública para produtos alimentares provenientes de todo o mundo (carne e peixe, frutas e legumes, carnes curadas, queijos, cereais, massas, bolos e doces) que têm produção real, potencial comercial e estão **intimamente ligados a comunidades e culturas específicas**, mas estão, infelizmente, com risco de extinção (MONCHIERO et al, 2008). Em 1997, a Comissão Científica da *Ark of Taste* reuniu-se na Itália e elaborou o seguinte critério para a seleção de produtos:

- a) excelente qualidade em termos de sabor;

- b) associados a uma área geográfica específica;
- c) produzidos por pequenos produtores artesanais;
- d) produzidos por métodos de agricultura sustentável;
- e) estarem em perigo de extinção.

As Comissões Nacionais da Ark são formadas por pesquisadores, cientistas e peritos em alimentação e estão em vários países. Em 26 outubro 2002, no Salone del Gusto, em Turim, formou-se a Comissão Internacional, composta de membros de todas as diferentes Comissões Nacionais. Este organismo acompanha o processo de seleção ao redor do mundo, também selecionando produtos em países no quais não existe uma comissão. Registraram-se mais de 500 espécies em dezenas de países, como o bovino Maastricht da Holanda; o babaçu e outros frutos do Brasil; ostras da baía Delaware dos EUA; e o pão Kalakukko da Finlândia. Através da sua meticulosa documentação, a Ark serve como um recurso para todos aqueles interessados em descobrir e reviver a riqueza dos alimentos que o mundo tem a oferecer (MONCHIERO et al, 2008).

4.2.4 Projetos *Presidia*

Em 2000 concebeu-se o Presidia, oriundo como braço operacional da Ark of Taste. Mantém projetos de pequena escala para **ajudar a cozinha artesanal** e a preservar os métodos tradicionais dos produtores e o produto final. Os projetos da Presidia funcionam em determinadas regiões geográficas do planeta. **De pequenos agricultores a comunidades**, os projetos têm os seguintes propósitos:

- a) promover os produtos artesanais;
- b) promover técnicas para estabilizar a produção;
- c) estabelecer rigorosas normas de produção;
- d) **garantir um futuro viável para os alimentos em questão.**

Na Itália, mais de 200 projetos protegem uma vasta gama de produtos: o *Morlacco Grappa* Queijo feito com o leite da vaca Burlina do Vêneto; pão de batata Garfagnana de Toscana, feito com trigo e purê de batata; um curado da mistura de carne de carneiro e carne de veado da Friulian Pitina; o maná, edulcorante natural da Sicília, extraído da casca de dois tipos de árvores (MONCHIERO et al, 2008).

Com a adição de mais de 100 projetos internacionais, o Universo *Slow Food* expandiu-se para abraçar a biodiversidade em quase 50 países. Exemplos vão desde o Arroz *Bario* de Bornéu Central; a Baunilha *Mananara* de Madagáscar; o *Huehuetenango Highland* Café da Guatemala; o queijo *Osceypek* da Montanhas Tatra na Polônia; os camponeses na região de Chiapas, México; o pastor Masai do Quênia; o leite cru *cheesemaker* na Grã-Bretanha; o pescador na Ilha Robinson Crusóé do Chile; o arroz *Basmati* produzido na Índia em pequena escala. São produtos que enfrentam a mesma dificuldade que os estilos de vida do mundo, assim, a Presidia permite produzir “*good, clean and fair food in a good, clean and far way*” (MONCHIERO et al, 2008).

4.2.5 Universidade de Ciências Gastronômicas

A Universidade de Ciências Gastronômicas foi inaugurada em 2004 como promoção do movimento *Slow Food Internacional* e de autoridades locais de Piemonte e Emilia-Romagna. Instituição legal e reconhecida é a primeira universidade do seu gênero com credibilidade acadêmica no campo dos estudos em alimentação, criando uma nova definição de gastronomia. Os cursos são realizados em dois *campi*: Pollenzo, perto Bra, em Piemonte, com um curso de três anos em Ciências Gastronômicas e um curso de especialização de dois anos em Negócios e Gestão Gastronômica. O outro campus fica em Colorno, perto de Parma, em Emilia-Romagna, que oferece cursos de especialização e de pós-graduação em nível de Mestrado em Ciências Gastronômicas e em Ciência dos Alimentos, Cultura e Comunicação (<http://store.slowfood.com>).

A escola tem modelo multidisciplinar combinando ciência e experimentações empíricas com viagens para os cinco continentes para a vivência com produtores locais, artesanais e industriais, incluindo o processo de produção alimentar. O objetivo é criar uma nova compreensão da gastronomia e de um novo profissional - gastrônomo - capaz de ligar o ato de comer com o ato de produção, juntamente com todas as fases do processo, conforme sua descrição na página virtual (<http://store.slowfood.com>). Após a graduação, os alunos descobrem uma vasta gama de oportunidades profissionais: marketing e publicidade para empresas de

alimentos; turismo e organização cultural; produção e distribuição de alimentos; escrita e consultoria; educação profissional. Até 2008 mais de 400 alunos formados pela universidade, provenientes de 22 países. Através do *convivia Slow Food* no campus, os alunos formam uma rede internacional de jovens para conexão e comunicação em toda parte (<http://store.slowfood.com>).

4.2.6 Comunidades Locais

O termo **alimento da comunidade** foi cunhado em 2004 no evento Terra Madre, que reuniu em pequena escala produtores alimentares de todos os cinco continentes para discutir problemas comuns e trocar pontos de vista. Ele define o local de origem destes produtores e reflete uma nova idéia de economia local, baseada em alimentos, agricultura, tradição e cultura (<http://store.slowfood.com>).

O termo descreve as mais diversas profissões envolvidas na cadeia alimentar, historicamente, socialmente e culturalmente ligados a uma determinada área geográfica: aforadores de sementes, cozinheiros, agricultores, pescadores, coletores de alimentos selvagens, criadores de animais, estudiosos e outros.

Dentro dessas comunidades, a centralidade da alimentação leva a um tipo de economia que seja sustentável e viável, seja para regiões desenvolvidas ou em desenvolvimento. Esta base natural econômica substitui a mão invisível do mercado, com a benevolente, mas ainda rigorosa mão da *Mãe Terra*, conforme texto da página virtual (<http://store.slowfood.com>).

Dentro da rede mundial do *Slow Food*, o alimento da comunidade é o núcleo que implementa uma sustentável, "*good, clean and fair*" abordagem na produção de alimentos, na proteção da biodiversidade, na manutenção da tradição viva, na promoção da convivência e na disseminação de conhecimento (<http://store.slowfood.com>).

No mundo globalizado de hoje, **a economia de mercado mostra todas as suas limitações em termos de desperdício e danos ao meio ambiente.** As micro-economias dos alimentos das comunidades locais na rede *Slow Food* trabalha, ou têm potencial para trabalhar, de uma forma de remuneração **compatível com os seus próprios ecossistemas e culturas.**

4.3 CITTASLOW

Cittaslow, termo italiano que significa "cidade lenta" ou "região lenta", é uma rede internacional de cidades que estabeleceram um conjunto de metas para melhorar a **qualidade de vida dos habitantes**. Todas as cidades, para integrar o movimento, passam por uma avaliação. A Associação denominada "*Cittaslow - Rete Internazionale delle città del buon vivere*" é estabelecida entre as cidades de Bra, Greve in Chianti, Orvieto, Positano e a associação *Slow Food* (www.cittaslow.net).

O projeto *Cittaslow* refere-se a uma maneira de pensar, conforme análise de seu portal virtual (www.cittaslow.net). Trata-se do cuidado da cidade pelas pessoas que vivem, trabalham ou a visitam. Trata-se de **proteger o ambiente, a promoção local e produção de bens**, evitando os estigmas que afligem muitas cidades no mundo moderno.

O movimento iniciou em outubro de 1999 durante o festival de comida de Orvieto, Itália, e tem fortes ligações com o *Slow Food*. A diferença é que no *Cittaslow* os membros são cidades e não pessoas como no *Slow Food*. A cidade deve ter uma população inferior a 50.000 habitantes (www.cittaslow.net).

A filosofia do movimento prega que boa vida significa ter a oportunidade de desfrutar de soluções e serviços pelos cidadãos, **vivendo de uma maneira fácil e agradável**. Viver significa procurar o melhor do conhecimento do passado e aproveitar as melhores possibilidades do presente e do futuro. Tudo isto resultará em nem termos de comunicação, transporte, recepção, produção e venda. Bruna Sibille, vice-prefeita de Bra destacou que:

"No início, o movimento *slow* era encarado como uma idéia para algumas poucas pessoas que gostavam de comer e beber bem, mas hoje tornou-se um **debate cultural** muito mais amplo sobre as vantagens de fazer as coisas de uma forma mais humana e menos frenética [...] como criar um novo clima, uma maneira completamente nova de encarar a vida" (HONORÉ, 2006, p.104).

Atualmente gerir uma *Slowcity* é apenas uma forma particular de realizar um estilo de vida normal. Claro que essa forma é destinada a ser menos frenética e rápida, mas não há dúvida de que será **mais humana, mais ambientalmente correta** e mais sensata para as gerações presentes e futuras. O projeto respeita as pequenas realidades num mundo cada vez mais globalizado. *Cittaslow* procura:

"cidades em que os homens ainda são curiosos como nos velhos tempos; as cidades são ricas em teatros, praças, cafés, oficinas, restaurantes e

espírito local; as paisagens são intocadas; as pessoas ainda se encantam com o trabalho do artesão e são capazes de reconhecer o curso de lentidão; as estações do ano e os seus verdadeiros produtos respeitando gostos, saúde e espontaneidade" (Manifesto *Cittaslow* em www.cittaslow.net).

O movimento *Slow Cities* promove o uso da tecnologia orientada para a **melhoria da qualidade do ambiente** e do tecido urbano, além disso, assegura a produção de alimentos e de vinhos únicos a contribuir para o caráter da região. Promove o diálogo e comunicação entre os produtores locais e consumidores (www.cittaslow.net). Com as grandes idéias de **conservação ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentável**, bem como a melhoria da vida urbana, a *Slow Cities* proporciona incentivos à produção de alimentos naturais com técnicas respeitadoras do ambiente (um método para esta promoção é por meio da *Presidia*).

A designação *Slow City* tornou-se a marca de qualidade para comunidades menores. As participantes não são capitais estaduais ou a sede dos governos regionais, mas são fortes comunidades que fizeram a opção de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes (www.cittaslow.net).

Por esta razão *Slow Food* sempre procurou a qualidade de vida como a principal fonte de seu sucesso e da sua expansão mundial. *Slow Food* juntamente com as cidades que compartilham esse pensamento formam a rede internacional *Cittaslow*.

O movimento expandiu-se para 100 cidades de 13 países²⁸ de todo o mundo desde 1999, com a parceria entre os administradores públicos, os cidadãos e o *Slow Food*. São cidades que pretendem quebrar a lógica da velocidade e resgatar valores essenciais para a harmonia da vida humana, social e ambiental, não sendo saudosista, mas conciliando as tradições locais com a tecnologia para a promoção de uma vida mais harmônica para a sociedade (www.cittaslow.net).

²⁸ Existem associações constituídas na Itália, Inglaterra, Austrália, Áustria, Bélgica, Alemanha, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Coréia do Sul, Espanha e Suíça.

4.4 OUTROS MOVIMENTOS SLOW

Outros movimentos adeptos à desaceleração do tempo e de uma relação mais verdadeira entre o homem e seu meio despontam internacionalmente. Listadas alguns com maior disseminação.

4.4.1 *Slow Movement*

Este movimento pretende disponibilizar informações, recursos, serviços e redes de oportunidades para todos os interessados em **explorar maneiras sustentáveis e ecologicamente corretas de pensar, viver e interagir no mundo**. Promovem a educação de indivíduos e de famílias a **integrar métodos de vida sustentáveis no seu cotidiano**. O *Slow Movement*, através de seus documentos, manifesta que a mudança acontece pelas ações dos indivíduos e das famílias, exemplificando como o projeto *Start In My Back Yard*. Seu foco abrange temas que contribuem para uma subsistência saudável, como a necessidade de um corpo saudável, alimentação, estilo de vida, utilização de produtos não-tóxicos em casa, no jardim e na indústria, ao lado questões sociais relacionadas à família, às pessoas, aos alimentos e à natureza. Além disso, prioriza as questões relacionadas com o ambiente físico, tais como combustíveis fósseis, combustíveis alternativos e fontes de energia, os transportes alternativos e o planejamento urbano (www.slowmovement.com).

Sua filosofia afirma que a vida sustentável leva a uma vida material e espiritualmente completa. O reconhecimento é dado para o aspecto espiritual de todos os elementos do sistema. **A corrida material e a velocidade devem ter um limite, buscando um resultado positivo para toda a vida no planeta.**

Como ações, oferecem motivação e oportunidades de mobilizar as pessoas em seus papéis econômicos: enquanto consumidores, empresários e trabalhadores. O objetivo é aproveitar o poder econômico, ou seja, a resistência dos consumidores, das empresas e do mercado local, para criar uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. Acreditam que os consumidores têm poder derradeiro. “Caso não se

compre bens e serviços que não são baseadas em práticas ecologicamente sustentáveis, os bens e serviços não sobreviverão no mercado. Cabe a nós como indivíduos e como consumidores para defender-se e agir". (Texto que descreve suas ações em www.slowmovement.com).

Atuam como uma **plataforma verde de empresas e de produção locais**, apoiando as **bio-regiões** e incentivando essas **comunidades tornarem-se auto-suficientes**. O foco no bio-regionalismo leva a conexões sociais e ambientais para a sustentabilidade econômica (www.slowmovement.com).

Buscando reparar os malefícios dos últimos 50 anos, apóiam movimentos como o *Slow Food* e o *Slow Cities*, para renovar e aumentar a **conexão em diferentes áreas da vida**. Exploram alguns dos problemas éticos associados à busca de uma **utilização sustentável dos recursos**, contra as práticas abusivas e injustas em favor de **práticas saudáveis, justas e sustentáveis**.

Através das informações, recursos e serviços que facilitam a capacitação de pessoas para formar uma **ação coletiva**. É a junção da responsabilidade ambiental e da justiça social interligadas em uma **rede** complexa para alcançar um mundo **sustentável**. Empenham-se, ainda, em compartilhar os resultados da investigação e do desenvolvimento de práticas sustentáveis local e globalmente. Muitas vezes é a falta de saber, que impede as pessoas de tomarem medidas para viver de modo mais sustentável.

Suas ações estruturam-se em quatro grandes conexões (www.slowmovement.com):

- com a alimentação: comer alimentos de produção orgânica de regiões locais e favorecer a pequena produção disseminando o conceito *slow* com a rede de relacionamento;

- com o território: uma postura enraizada, ligado a vida, a ecologia, a economia e a cultura local, estruturando o bio-regionalismo, a economia local e a vizinhança.

- com as pessoas: as alegrias e as vantagens das relações sociais encontram-se na criação de profundo relacionamento com os familiares, amigos, colaboradores e comunidade através da comunicação.

- com a vida: adequação da rotina diária com os ritmos naturais do corpo humano evitando doenças e outras conseqüências.

4.4.2 *Slow Society*

Slow Society é um convite para todos aqueles que estão dispostos a **mudar de perspectiva**, um grito de ajuda das futuras gerações, uma alternativa para a visão de curto prazo, um movimento de pessoas que partilham a opinião de que a sociedade tornou-se muito rápida (www.slowsociety.org).

A velocidade não tem justificativa, **a transição para uma sociedade mais lenta é próspera para criar um futuro sustentável**. *Slow Society* é guiada pelo lema "lentidão para a sustentabilidade". Lentidão é uma condição prévia para a reflexão. Lentidão representa uma atitude: à natureza, aos recursos, à diversidade, à tecnologia, ao sofrimento. O conceito de lentidão nos ajuda a perceber que somos **mutuamente dependentes** uns dos outros, conforme sua página virtual.

Só uma sociedade com a lentidão da utilização dos recursos pode preservar a sua **diversidade cultural e biológica**. Apenas uma sociedade que tem uma visão equilibrada sobre tecnologia pode regular o seu uso.

Slow Society é inspirada por todas as filosofias que sustentam que a tomada de decisões sábias pressupõe tempo e espaço para reflexão. Se nós não nos empenhemos em questões importantes a cada dia, a cada mês, a cada ano, como podemos então mudar o mundo numa direção mais sustentável? Questiona sua filosofia (www.slowsociety.org). Também apóiam as ações do *Slow Food*.

4.4.3 *We Are What We Do*

We Are What We Do é um movimento com o objetivo de inspirar as pessoas a **mudar o mundo em suas ações quotidianas** onde quer que estejam. Iniciou em 2004, reunindo 100 simples e cotidianas ações que podem melhorar o meio ambiente, a saúde e as **comunidades**, fazendo o planeta e as pessoas muito felizes. Acreditam que estas ações promovem um impacto em alguns dos maiores problemas que a sociedade enfrenta. E a união cria uma nova comunidade de "fazedores", ou seja, pessoas unidas por uma crença na possibilidade da mudança e

da **responsabilidade individual** no sentido de realizar juntamente com os governos, corporações e outras instituições e redes (www.wearewhatwedo.org).

O movimento editou um livro com 100 ações para mudar a sociedade, que vendeu mais de 1 milhão de cópias ao redor do mundo. Atualmente, além de livros, o *We Are What We Do* promove campanhas, programas educativos, **desenvolvimento de comunidades**, boletins informativos e inúmeras ações através do portal virtual e de parcerias com várias instituições (www.wearewhatwedo.org).

We Are What We Do começou no Reino Unido, como um projeto de caridade *Community Links*, projeto de *East London* baseado no desenvolvimento de comunidades. O projeto relaciona experiências com profissionais locais e os decisores políticos através de uma extensa formação e consultoria. O fundador, David Robinson, iniciou com uma comunidade de trabalhadores em que percebeu a necessidade de mudança e o poder que pessoas têm em conjunto de implementar melhorias. David acompanhou um pequeno grupo que incluía pessoas da comunidade, empresas, voluntariado e governo (www.wearewhatwedo.org).

A estrutura administrativa da organização tem 6 pessoas em tempo integral e 5 assalariados em tempo parcial em Londres, com representantes na Austrália e no Canadá. Um pequeno grupo de pessoas que estão totalmente comprometidas com uma visão de inspirar e encorajar outras pessoas para tornar a idéia realidade. O programa obtém verba com vendas dos livros e dos produtos, mas também recebe financiamento de Fundações, Governo e Empresas (www.wearewhatwedo.org).

4.4.4 Sustainable Everyday Project

O *Sustainable Everyday Project* propõe uma plataforma aberta da web social para estimular a conversa sobre o possível futuro sustentável. A rede organiza-se em torno de 3 atividades principais (www.sustainable-everyday.net):

- a promoção de um laboratório em que os novos cenários e **visões** da vida quotidiana **sustentáveis** são propostas e discutidas;

- a constituição de um catálogo de casos, mostrando exemplos de **inovação social** de todas as soluções originais desenvolvidas no mundo para a sustentabilidade;

- a organização de uma exposição itinerante para atender eventos públicos, confrontar com as comunidades científicas e dar visibilidade às novas visões de **desenvolvimento sustentável da vida diária**.

Sustainable Everyday é uma rede independente de projetos de investigação financiados por entidades públicas para organização de eventos. As atividades são baseadas em uma participação voluntária. Os eventos têm patrocínio da Unep (*United Nations Environment Program*).

São vários os projetos em andamento pelo movimento, todos articulam-se na *Plataform*, página virtual que reúne pesquisas, seminários, projetos e qualquer tipo de atividade que está ligado à questão da concepção de sustentabilidade à escala da vida cotidiana.

A *Plataform* (www.sustainable-everyday.net) é baseada em um servidor de *blog* gerido pelos respectivos promotores, independentemente de suas finalidades específicas. Porém, a *Plataform* é também uma oportunidade de adubações cruzadas entre as atividades, ou seja, oficinas didáticas em escolas e universidades que oferecem a oportunidade para recolher novos exemplos de inovação social promissora em termos de desenvolvimento sustentável que progressivamente alarga o catálogo de casos do *Sustainable Everyday*.

Algumas das pesquisas em andamento:

- EMUDE (*Emerging Users Demands for Sustainable Solutions*): financiado pela Comissão Europeia, explora o potencial de inovação social para a produção tecnológica na perspectiva da sustentabilidade. Estimulam indivíduos e comunidades na utilização dos recursos existentes em uma maneira original de trazer inovação;

- UCIM (*User-Centred Innovation in Manufacturing: Roadmaps for Development*): constitui núcleos regionais de desenvolvimento tecnológico para ser empregado em indústrias e empresas de manufatura;

- LOLA (*Looking for Likely Alternativa*): é um projeto de pesquisa da educação para a sustentabilidade e consumo responsável financiado pela Rede de Cidadania do Consumidor (CCN);

- HiCS (*Highly Customerised Solutions*): é um projeto de investigação em parcerias para desenvolver soluções flexíveis e sustentáveis para a indústria;
- *Sustanaible Everyday*: projeto que busca alternativas sustentáveis para o cotidiano da vida urbana;
- *SusHouse (Strategies towards the Sustainable Household)*: projeto de investigação sobre a construção de cenários sustentáveis para casas;
- *La Cambre*: investigação dos alunos no âmbito do curso de "Ecodesign e Consumo Sustentável";

4.5 MANIFESTAÇÕES DOS ENCLAVES

Após a apresentação e análise dos resultados, recortam-se as evidências dos enclaves e relaciona-se com as categorias de análise (vide tabela 4). As manifestações dividem-se em tabelas de acordo com a categoria de demanda no planejamento de desenvolvimento. Na tabela 5 estão os pertinentes a **Modelos Culturais**; na tabela 6, os relativos ao **Estilo de Vida**; na tabela 7, os referidos a **Estruturas de Consumo** e na tabela 8, as manifestações com **Enclaves Mistos**.

Modelos Culturais são estruturas cognitivas e esquematizações coletivas (conhecimento compartilhado) realizadas pelo aprendizado social. Formam um conjunto de valores e direitos que normatizam o comportamento social e as relações subjetivas na estruturação na vida social.

A subjetividade é trama que desencadeia a natureza da satisfação humana, de como o homem percebe e se relaciona com o mundo, projetando seus anseios e articulando suas ações.

Tabela 5. Manifestações dos Enclaves em Modelos Culturais. Continua.

Manifestação	Enclave
Resgate cultural.	Holístico
Debate cultural.	Holístico
Conexão em diferentes áreas da vida.	Holístico
O repúdio ao modelo de mercado cêntrico.	Holístico
Visões sustentáveis.	Holístico
Comunidades locais.	Intuitivo

Tabela 5. Manifestações dos Enclaves em Modelos Culturais. Continuação.

Manifestação	Enclave
Preservam a tradição cultural e combatem a padronização.	Intuitivo
Vivendo de uma maneira fácil e agradável.	Intuitivo
Mudar de perspectiva.	Intuitivo
Responsabilidade individual.	Intuitivo
Explorar maneiras sustentáveis e ecologicamente corretas de pensar, viver e interagir no mundo.	Holístico e Não Linear
Biodiversidade, à cultura e à autonomia produtiva.	Não linear
A economia de mercado mostra todas as suas limitações em termos de desperdício e danos ao meio ambiente (contrário).	Qualidade
Globalização virtuosa.	Sintético
Recursos ambientais e globais equilibrando a dignidade dos trabalhadores e da saúde dos consumidores.	Sintético
Intimamente ligados a comunidades e culturas específicas.	Sintético
Integrar métodos de vida sustentáveis no seu cotidiano.	Sintético
Mudar o mundo em suas ações quotidianas.	Sintético
Alimento da comunidade.	Sintético

Fonte: Autor.

Estilo de vida representa a postura de determinada sociedade em relação ao seu *habitat*. É diretamente estruturado pelos modelos culturais e interfere nas estruturas de consumo. Reflete a maneira de ser do indivíduo social e suas relações com o uso do tempo.

Tabela 6. Manifestações dos Enclaves em Estilo de Vida. Continua.

Manifestação	Enclave
Territorialidade.	Conservação
Pequena produção de alimentos das comunidades.	Conservação
Métodos tradicionais dos produtores.	Conservação
Proteger o ambiente, a promoção local e produção de bens.	Conservação
Melhoria da qualidade do ambiente.	Conservação
Conservação ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentável.	Conservação
Utilização sustentável dos recursos.	Conservação
Diversidade cultural e biológica.	Conservação
Compatível com os seus próprios ecossistemas e culturas.	Conservação
Desenvolvimento das comunidades locais.	Cooperação
Revitalizando micro-economias e pequenas propriedades produtivas.	Cooperação
Intercâmbio dentro das comunidades locais.	Cooperação
Comunidades tornarem-se auto-suficientes.	Cooperação
Ação coletiva (...) rede (...) sustentável.	Cooperação
Mutuamente dependentes.	Cooperação
Desenvolvimento de comunidades.	Cooperação
Desenvolvimento sustentável da vida diária.	Eficiência meio

Tabela 6. Manifestações dos Enclaves em Estilo de Vida. Continuação.

Manifestação	Enclave
Ajudar a cozinha artesanal.	Eficiência meio
Garantir um futuro viável para os alimentos em questão.	Eficiência meio
Civilização industrial (...) vida como modelo (contrário).	Parceria
Considerar como co-produtores os consumidores.	Parceria
Desenvolver a investigação, a produção, a divulgação e a documentação que beneficiam a biodiversidade das agroindústrias.	Parceria
Inovação social.	Parceria
Disseminar um estilo de vida mais equilibrado e qualitativo.	Qualidade
Sabores da cozinha regional.	Qualidade
Educação pública e treinamento alimentar.	Qualidade
Qualidade de vida dos habitantes.	Qualidade
Escravidados pela rapidez (contrário).	Tempo liberta
A transição para uma sociedade mais lenta é próspera para criar um futuro sustentável.	Tempo liberta

Fonte: Autor.

As **Estruturas de Consumo** são baseadas na noção de valor de uso dos produtos e serviços adquiridos, ou seja, na percepção dos atributos intangíveis e benefícios embutidos no valor. Além, articula os desejos do ser humano e a satisfação material das necessidades não materiais. Permite perceber a importância da lógica produtiva aglutinando (ou não) as outras esferas das relações humanas.

Tabela 7. Manifestações dos Enclaves em Estruturas de Consumo. Continua.

Manifestação	Enclave
Dentro dessas comunidades, a centralidade da alimentação leva a um tipo de economia que seja sustentável e viável.	Colaborativo
Receitas culturais de gerações, agricultura sustentável, produção orgânica e artesanal, refeições tranquilas com convívio social sem a determinação temporal.	Colaborativo
Proteção ambiental.	Colaborativo
Defesa da biodiversidade agrícola.	Colaborativo
Modelo sustentável da agricultura respeitando o ambiente, a identidade cultural e o bem-estar dos animais, apoiando qualquer comunidade local, o direito de decidir o que produzir e o que consumir.	Colaborativo
Modelo de produção pequeno, sustentável e local.	Colaborativo
Crescimento sustentável da produção alimentar.	Colaborativo
Equilíbrio da vida entre a satisfação material com os prazeres da vida.	Emancipador
Cadeia interligada de pessoas (...) aprendizado coletivo.	Emancipador
De pequenos agricultores a comunidades.	Emancipador
Processos produtivos equilibrados.	Não material
Tranquilidade da satisfação material.	Não material
Plataforma verde de empresas e de produção locais.	Não material
Práticas saudáveis, justas e sustentáveis.	Não material
Luta contra a mercantilização dos alimentos.	Ter < Ser
Mais humana, mais ambientalmente correta.	Ter < Ser

Tabela 7. Manifestações dos Enclaves em Estruturas de Consumo. Continuação.

Manifestação	Enclave
A corrida material e a velocidade devem ter um limite, buscando um resultado positivo para toda a vida no planeta.	Ter < Ser

Fonte: Autor.

Os **Enclaves Mistos** advém de manifestações com relação às três estruturas relatadas anteriormente.

Tabela 8. Manifestações dos Enclaves Mistos

Manifestação	Enclave
Integrante de um meio ambiente.	Conservação, Holístico e Colaborativo
Bio-regiões.	Conservação, Não linear e Colaborativo

Fonte: Autor.

Os movimentos apresentam um equilíbrio de manifestações em **Estilos de Vida** e **Modelos Culturais**, contudo, a predominância das manifestações em **Estruturas de Consumo** concentra-se no *Slow Food*, considerando, ainda, que o *Slow Movement* apresenta um equilíbrio entre os três enclaves. E estes dois, por sua vez, apresentaram manifestações com enclaves mistos.

O movimento *Slow Food*, pioneiro, apresenta ações mais contundentes e abrangentes, envolvendo um número significativo de pessoas e projetos. Também, preocupa-se com o cadastro oficial de seus participantes. O *Cittaslow*, como derivado do *Slow Food*, também tem força viva nas estratégias das cidades pertencentes ao grupo.

Os outros movimentos estudados possuem menor participação social, contudo evidencia-se o livro lançado pelo *We Are What We Do*, os projetos com financiamento público do *Sustanaible Every Day* e os apoios institucionais do *Slow Movement* e do *Slow Society* ao movimento *Slow Food*, além da promoção do debate da sustentabilidade em diversas esferas no cotidiano social através das páginas virtuais e das reuniões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução industrial ofereceu *a priori* novas dinâmicas benéficas à sociedade. Algumas de suas conseqüências permaneciam ofuscadas pela alegria da velocidade, da produção em série e da falta de limites. O ser humano finalmente poderia provocar grandes transformações.

A tecnologia facilitou o acúmulo crescente através da massificação da produção e do alargamento do mercado. A dominação dos países estava no crescimento econômico que levou a dominação cultural pela pasteurização do lazer e da cultura, além de nivelar as necessidades humanas pela aquisição material.

A síndrome da eficiência acirrou a concorrência e o valor de uso foi transfigurado, tornando o *status* obsessão dos desejos, gerando grandes desigualdades sociais. Os indivíduos, como atores do mercado, absorvem da vida profissional modelos culturais que modificam seu estilo de vida.

Os modelos culturais, os estilos de vida e as estruturas de consumo constituem uma dinâmica que tem ações diretas no equilíbrio do meio ambiente, entendido como: ecossistema, indivíduo e relações sociais. Aqui se encontra o principal ponto de articulação deste trabalho. O planejamento do desenvolvimento em detrimento ao maldesenvolvimento, observando as relações de demanda.

A produção, com tecnologias limpas, a utilização dos espaços, o uso de energias alternativas e o consumo parcimonioso de recursos naturais correspondem o outro pólo (a produção) de preocupação ambiental nos modelos de planejamento.

As tradicionais teorias e os atuais modelos de desenvolvimento percebem a natureza como fornecedora de recursos produtivos e ignoram as relações sociais, gerando desigualdades, passivos ambientais irrecuperáveis e concentração de renda.

O mercado como unidimensão da vida social condiciona todas as nossas necessidades à máquina produtiva, implicando em consumo predatório e alienador do consumidor.

A cegueira que permeia os estilos de vida gerou uma sociedade de indivíduos egoístas e individualistas num jogo que cada um luta por si. O pior sintoma é ignorar a eminente catástrofe social e ambiental: guerras civis; perda da

biodiversidade; doenças comportamentais crônicas; arrogância; falta de compaixão; efemeridade das relações e dos critérios; e uso do tempo aprisionador, entre outros.

O tempo é uma importante tradução dos modelos culturais, que atualmente vestem o predomínio da racionalidade instrumental. Os indivíduos, de forma geral, atribuíram-lhe valor: moeda do sistema produção-consumo. Microondas, lipoaspiração, leitura dinâmica, *fast food* e livro de bolso são alguns exemplos da corrida desenfreada a um objetivo que não sofre críticas sociais contundentes.

Obviamente que este cenário que critico pode ser considerado como um modelo com perfeita legitimação social. Contudo, questionamentos das suas conseqüências devem ser realizados. Como explorado, o ecodesenvolvimento, como crítica das teorias do maldesenvolvimento, propõe um viés alternativo, sem desconsiderar o mercado, mas questionando seu domínio sobre todas as esferas da vida social.

Necessita-se uma discussão sobre o papel do estado, do mercado e da organização civil para o desenvolvimento e o bem-estar coletivo. Aliás, o conceito de coletividade deve ser difundido. O ecodesenvolvimento encontra na organização produtiva do território um ponto de equilíbrio das necessidades individuais, sociais e ambientais. É a proposição de uma racionalidade substantiva que estabelece o desenvolvimento local como interlocutor do crescimento, com valorização das pessoas, do meio ambiente e de outras esferas como a cultura e o lazer.

A conotação holística foi facilmente percebida nos movimentos estudados. Eles estimulam o desenvolvimento de outras esferas como participantes do desenvolvimento, implicando no recolhimento do mercado como uma dessas esferas.

As iniciativas desses movimentos representam a mudança de estilos de vida e a disseminação de novos valores sociais mais participativos, considerando a interdependência entre todos os indivíduos do sistema produção-consumo. Tem caráter multiplicador de sua filosofia, característica de movimento social.

Os movimentos apresentam uma visão multidimensional das necessidades humanas, que tangem a razão substantiva, ou seja, correspondem a uma mudança de paradigma para o projeto de realização humana alterando seus modelos culturais e estilos de vida, favorecendo um planejamento ambiental equilibrado (ecodesenvolvimento). Conjugam um critério comum: a utilização do tempo. Abordam a

desaceleração do cotidiano em diversas esferas para a melhor qualidade de vida do indivíduo, mas principalmente, do conjunto social.

Todos percebem as mazelas que o alargamento do sistema produtivo causou nas relações sociais e, preponderantemente, no meio ambiente. A rotina das pessoas é reflexo da lógica produtiva que estruturou novos modelos culturais resultando em estilos de vida que geram competição e buscam a expansão material.

Os movimentos são sensíveis à aglutinação de todas as esferas de necessidade humana na plataforma de mercado. Eles não propõem o extermínio do mercado, somente a alteração da lógica da eficiência de finalidade para meio.

Como afirmou Guattari (1993), a inconsistência da valorização do capital é a sua equalização genérica agrupando e descalibrando todos os outros modos de valorização, que ficam presos à sua hegemonia. Assim, os movimentos tornam-se emancipatórios aproximando o homem da real satisfação de suas necessidades e quebrando as pseudo-noções de valor que atribuem os sistemas produtivos à mercadoria. O desequilibrado conceito de valor-de-uso.

As implementações e mudanças dos movimentos cercam-se na área de convívio das pessoas, em seus locais e territórios. Assim como o ecodesenvolvimento, a volta da produção ligada ao território permite uma libertação produtiva com menor impacto ambiental, pois se consideram como essenciais as características geográficas, climáticas, culturais e ecossistêmicas. O *Slow Food* e o *Cittaslow*, principalmente, têm na relação com o território seu pilar mestre de construção de suas ações e na disseminação da sua proposta. Lutam contra a padronização e a mercantilização do alimento em todas as suas etapas, desde a produção ao consumo. Constituem, ainda, um forte movimento de preservação ambiental com os programas de resgate e proteção da biodiversidade. A diferença básica entre os dois movimento é que o *Slow Food* é voltada às pessoas, incluindo processos de produção-consumo e o *Cittaslow* é direcionado à cidade, enquanto planejamento urbano (vide lista de sua regulamentação anexa).

Os movimentos, evidenciados pelos documentos analisados, intensificam projetos alternativos de vida. Desestruturam a eficiência produtiva e a lógica instrumental predominante. Formam-se novos modelos culturais e novas posturas subjetivas alterando o comportamento do homem e equilibrando sua dinâmica com o meio ambiente. Não propõe um novo modelo de sociedade, mas uma reconstrução dos sistemas de valores e a harmonia entre a subjetividade, as relações sociais e a

ecologia. Somente o mercado embasado no acúmulo e no lucro não é capaz de ser regulador das necessidades humanas. Como abordou Guattari (1983), outros sistemas de valor precisam ser considerados, como a rentabilidade social, a estética e os valores de desejo.

Os movimentos conciliam o desenvolvimento na relação com o território, no respeito ambiental e na soberania da multiplicidade das necessidades humanas. Primeiramente pela relação ao uso do tempo, relação que Sachs (1986a) apontou como um indicador do estilo de vida e dos modelos culturais. Os movimentos consideram um menor uso do tempo em trabalho possibilitando a exploração em outras atividades para o resgate cultural e a libertação do indivíduo. São configuradas experiências que objetivam a sustentabilidade a partir da mudança de racionalidade vigente com o equilíbrio social e ambiental. Como apontou Leff (2001, p. 150) ao descrever os papéis de movimentos ambientais:

“Esses novos movimentos distinguem-se por suas formas `apolíticas` de fazer política e por suas novas demandas de participação social, pela obtenção de bens simbólicos e põe a recuperação de estilos tradicionais de vida, mas também pela defesa de novos direitos étnicos e culturais e da reivindicação de seu ancestral patrimônio de recursos ambientais, de lutas pela dignidade e da democracia contra a opressão e a superexploração de grupos sociais, e pelos direitos de reapropriação e autogestão de seus recursos naturais”.

Essas ações grupais não se restringem na problemática e sugestões de novas formas de ação no campo mercantil, eles constroem novos critérios para a ação social com novas formas de movimento social, de objetivo, de valores e de participação para o desenvolvimento humano, principalmente diagnosticados no *Slow Food*, *Cittaslow*, *Sustainable Every Day* e *We Are What We Do*. Implementam novas relações econômicas e produtivas para a satisfação das necessidades materiais e escrutinam do campo econômico as necessidades não materiais. Constituem novas interações da tecnologia, da natureza e da sociedade.

Os movimentos estudados reconceituam qualidade de vida, preterindo o acúmulo material e enfatizando a emancipação cultural do indivíduo, originando a discussão sobre as reais necessidades humanas e sua responsabilidade com o patrimônio comum e com a ordem social. Questionam a atual síndrome da eficiência e a postura imperialista do sistema produtivo.

Percebe-se, ainda, um plano de trabalho flexível dos movimentos, que não apontam soluções rígidas, mas a percepção dos contextos e formas de

desenvolvimento adaptáveis à localidade. Conjuga a sociedade civil organizada com as instituições e o poder político, formando um campo de mudança social.

“Os movimentos emergem como transmissores de mudanças sociais por meio de conflitos que não podem ser resolvidos mediante procedimentos jurídicos estabelecidos nem analisáveis dentro dos paradigmas dominantes do pensamento sociológico próprio das sociedades capitalistas” (LEFF, 2001, p. 150).

A recomposição das finalidades da luta emancipatória configura o desenvolvimento conjunto das relações sociais, do meio ambiente e da subjetividade. Reconstruem os modelos culturais, alterando os estilos de vida e as estruturas de consumo. Valores de colaboração social, em que o ser é maior que o ter, geram maior preservação dos ecossistemas pela postura não predatória do meio ambiente. A natureza não é percebida como insumo da cadeia produtiva.

Os movimentos promovem a discussão coletiva, a troca de experiências e o aprendizado conjunto para o desenvolvimento das localidades. Alguns casos ocorrem de maneira formal, como a Universidade de Ciências Gastronômica, outros ocorrem de maneira corriqueira, como a troca de informações pela página virtual *We Are What We Do*. Sachs (1986a) apontou a importância da educação e da troca de informação para a alteração do sistema de valores da atitude de dominação da natureza para uma postura de conservação.

Permite-se um novo projeto de civilização com esses movimentos, que formam uma nova racionalidade produtiva e um novo valor cultural. Desacelera-se, fugindo da postura agitada, controladora, agressiva, apressada, analítica, estressada, superficial, impaciente, ativa para a calma, o cuidado, a receptividade, a tranquilidade, a indução, a serenidade, a paciência e a reflexão.

Enfim, os movimentos têm como práxis a calma, que traduz a ineficiência da lógica produtiva em todas as ordens sociais (domínio da racionalidade instrumental), com um projeto de maior equilíbrio social e respeito ambiental e valores de conservação, cooperação, parceria e visão holística. Essas ações acontecem na disseminação do conceito *slow* por efeito multiplicador dos seus participantes e das suas ações.

A “maioria-do-centro” não parece disposta a aceitar globalmente os estilos de vida alternativos e os padrões de desenvolvimento propostos pelas minorias ativas, empenhadas em valores “pós-materialistas”. Mas algumas dessas novas idéias serão assimiladas ao pensamento por osmose. Merecem, portanto, cuidadoso escrutínio. Os autores de Interfuturos recomendam uma atitude aberta com relação ‘as demandas dos grupos que olham em frente (grupos-portadores-de-futuro) não para seguir a moda, mas a fim de se prepararem para uma profunda transformação mediante seria

consideração dos postulados sociais provindos das minorias e refletindo o processo de mudança de valor. No entanto, eles tendem a afastar uma estratégia de transição predominantemente orientada pelos novos valores como sendo uma “utopia prematura”, optando por solução menos explícita, capaz de mostra-se, na opinião deles, menos divisível (mas quão eficaz?) (SACHS, 1986a, p. 133).

Existem relações evidentes entre as proposições do ecodesenvolvimento e as ações dos movimentos *slow* estudados, principalmente a retomada do foco do desenvolvimento para o desenvolvimento territorial sustentado. Não contestam a relação global, contudo, ela se consiste na troca de experiências e no intercâmbio produtivo que respeita a diversidade cultural e ecossistêmica, processo que Carlo Petrini, do movimento *Slow Food*, chamou de globalização virtuosa.

O viés da pesquisa foi para a demanda por considerar que estudos em oferta (produção) são mais numerosos. Quando se questiona crise ambiental, a primeira alternativa é na correção de modelos produtivos com tecnologias mais limpas e controle na utilização de recursos ambientais. Essa postura permeia-se pela lógica da eficiência, e não a critico neste uso. Contudo, a trajetória da pesquisa foi da mudança de comportamento diagnosticada pelo predomínio da racionalidade instrumental para a substantiva na construção de uma teoria e um modelo de planejamento de desenvolvimento. Considera-se que a mudança na demanda (modelos culturais, estilos de vida e estruturas de consumo) acarretará, conseqüentemente, nas mudanças na produção.

Uma dificuldade deste trabalho foi a distância do objeto de estudo, não permitindo um mergulho mais profundo em suas relações, principalmente com pesquisa comportamental em seus participantes para o diagnóstico mais preciso dos estilos de vida defendidos. Interseções de estudos em comunicação, sociologia e antropologia podem enriquecer o conhecimento sobre as interações dos movimentos.

Como trabalho dentro da administração, percebeu a racionalidade vigente nas teorias e nos modelos de desenvolvimento e as relações da sociedade enquanto organização, principalmente nos movimentos e suas ponderações no sistema produção-consumo. Também, abordou o planejamento de desenvolvimento em modelos não instrumentais.

Enfim, percebeu-se a necessidade de uma discussão social sobre o planejamento de desenvolvimento que considere as questões ambientais, as necessidades humanas não materiais e as desigualdades sociais, ou seja, a

condução de um modelo que perceba todas as esferas do ecossistema e que retire a hegemonia de mercado com sua lógica produtiva (instrumental), alcançando todos os objetivos propostos à pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João; BURKETT, Paul. **Marxismo e Ecologia**. Disponível em <<http://asvinhasdaira.wordpress.com/2007/07/25/marxismo-e-ecologia-entrevista-com-paul-burkett/>> em: 20 junho 2008.

AKTOUF, O. **Pós-globalização, Administração e Racionalidade Econômica – a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 1996.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de (et al). **Gestão ambiente: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo séc. XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ANPAD - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. Linha de Pesquisas. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 19 de abril de 2008.

BAGNASCO, Arnaldo. A Teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, Glauco *et alli*. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Edusp, Edunesp. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. Ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARTHES, Roland; **Mitologias**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. **Linking Social and Ecological Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BETTELHEIM, Charles. A problemática do subdesenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOEIRA, Sérgio Luís. Ecologia Política. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n° 10, Jan-Jun 2002, 21 pág, Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2002000100006&script=sci_arttext&tlng=>. Acesso em 28/01/2008.

BOUDIEU, P. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRITO, Daniel Chaves de. A Paradoxal Unidade do Discurso do Desenvolvimento. In: ALTVATER, Elmar ET al. **Terra Incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo - estruturas do cotidiano**, v.1. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 930.85 B825c

BRUYNE, P de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CAMPBELL, D. T., STANLEY, J. C. **Delineamentos experimentais e quase experimentais de pesquisa**. São Paulo: EDUSP, 1979.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CAPRA, F. **O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo, Cultrix, 1982.

CAPRA, F. **A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, Clovis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin & PITSIS. **Managing and organizations: an introduction to theory and practice.** London: Sage Publications, 2005.

CITTASLOW. Disponível em: <<http://www.cittaslow.net>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

COCCO, Giuseppe et alli. Desenvolvimento Local e Espaço Público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, Giuseppe et alli (Eds.). **Empresários e Empregados nos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália.** RJ: DP&A, 2002, pp. 13-32.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

DIAMOND, Jared. **Colapso.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

EMERY, F. E. **Systems Thinking.** 4. ed. Victoria: Penguin Books, 1972.

ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 1, Art. 10, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4263&Secao=PENSATA&Volume=5&numero=1&Ano=2006>> .

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro.** Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GIDDENS, A. **A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** Rio de Janeiro, Record, 1999.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney (org.). **O desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GUATTARI, Félix. **As 3 ECOLOGIAS.** 4. Ed. Campinas: Papirus, 1993.

HARDIN, Garrett. The **tragedy of the commons.** Science, n. 162, 1968.

HOLLIDAY, Charles. **Cumprindo o prometido: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HONORÉ, Carl. **Devagar: como um movimento internacional está desafiando o culto da velocidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O Meio Ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: Vieira, Paulo F.; WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento. Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 53-112.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o Séc. XXI.** 2.ed. Rio de Janeiro: Campos, 1993.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: EPUSP, 1980.

- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LAFER, Celso. **Definindo uma agenda de pesquisas sobre desenvolvimento sustentável** (Rio de Janeiro, 28-29 de novembro de 1994). Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1996.
- LEFF, Enrique. **Ecologia y Capital**. Cidade do México: UNAM, 1986.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEIS, H. R. **A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, Vozes/Edufsc, 1999.
- MARX, Karl. A evolução da propriedade. In: FERNANDES, Florestan. **Marx Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983.
- MEADOWS, Dennis et al. **Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MONCHIERO, Alessandro; MUSSO, Valter; SMELKOVA, Lilia. **Compêndio Slow Food**. Torino: Stargrafica, 2008.
- MEIER, Gerald; BALDWIN, Robert. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Pioneira, 1968.
- MORIN, E. & KERN, A. **Terra-pátria**. Porto Alegre, Sulina, 1996.
- MORIN, E. **Le paradigme perdu: la nature humaine**. Editions du Seuil, 1973.
- MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo**. Vol. 1. 8. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.
- NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Ed. IBAMA: Brasília, 2002.
- PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. 2. ed. London: Sage Publications, 2001.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.
- RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2004.
- RODRIGUES, José. **Durkheim. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.
- SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Ambientes e estilos de desenvolvimento. Rumo a ecossocioeconomia.** Teoria e prática de desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007a.

SACHS, Ignacy. Brasil pode ser a primeira biocivilização da história. **Estadão**, São Paulo, Cidades, 14 mar. 2007b. Entrevista concedida a Christina Amorim.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001. 34:301 S237c

SANTOS, Theotonio dos. **Economia mundial, integração regional & desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHUMACHER, E. F. **O Negócio É Ser Pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas.** 4. Ed. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico.** 3. ed. SP: Nova Cultural, 1988.

SELLTIZ, RRIGHTSMAN e COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Vol. 2. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SERVA, Maurício. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **RAE – Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, Abr./Jun. 1997.

SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais.** 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

SILVA, D.J. **Uma Abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável.** 1998. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SLOW DOWN NOW. Disponível em: <<http://www.slowdownnow.org>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW FOOD. Disponível em: <<http://store.slowfood.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW HEALING. Disponível em: <<http://www.slowhealing.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW HOME. Disponível em: <<http://www.theslowhome.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW MOVEMENT. Disponível em: <<http://www.slowmovement.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW PLANET. Disponível em: <<http://www.slowplanet.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW RETAIL. Disponível em: <<http://slowretail.com.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW SEX. Disponível em: <<http://www.slowsex.it>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SUPER SLOW. Disponível em: <<http://www.superslow.com>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SLOW SOCIETY. Disponível em: <<http://www.slowociety.org>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SUSTAINABLE EVERY DAY. Disponível em: <<http://www.sustainable-everyday.net>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

TEMPO GIUSTO. Disponível em: <<http://www.tempogiusto.de>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

TENÓRIO, Fernando G. **Flexibilização organizacional: mito ou realidade?**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TRAGTEMBERG, M. **Poder e Ideologia**. São Paulo: Cortez, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de Pós-graduação em Administração. Linha de Pesquisas. Disponível em: <<http://www.cpga.ufsc.br>> . Acesso em: 19 de abril de 2008.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Paulo Freire. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIOLA, Eduardo, et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais**. 2.ed. Florianópolis: DAUFSC, 1998.

ZADEK, Simon, HUMMELS Harry. **Making values work**. Journal of Business Ethics, v.17, p.1373-1377, n.d. 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, Reimpressão 2004.

WE ARE WHAT WE DO. Disponível em: <<http://www.wearewhatwedo.org>>. Acesso em: 5 de maio de 2008.

ANEXOS

The Slow Food Manifesto

The Slow Food international movement officially began when delegates from 15 countries endorsed this manifesto, written by founding member Folco Portinari, on November 9, 1989.

Our century, which began and has developed under the insignia of industrial civilization, first invented the machine and then took it as its life model.

We are enslaved by speed and have all succumbed to the same insidious virus: Fast Life, which disrupts our habits, pervades the privacy of our homes and forces us to eat Fast Foods.

To be worthy of the name, Homo Sapiens should rid himself of speed before it reduces him to a species in danger of extinction.

A firm defense of quiet material pleasure is the only way to oppose the universal folly of Fast Life.

May suitable doses of guaranteed sensual pleasure and slow, long-lasting enjoyment preserve us from the contagion of the multitude who mistake frenzy for efficiency.

Our defense should begin at the table with Slow Food.

Let us rediscover the flavors and savors of regional cooking and banish the degrading effects of Fast Food.

In the name of productivity, Fast Life has changed our way of being and threatens our environment and our landscapes. So Slow Food is now the only truly progressive answer.

That is what real culture is all about: developing taste rather than demeaning it. And what better way to set about this than an international exchange of experiences, knowledge, projects?

Slow Food guarantees a better future.

Slow Food is an idea that needs plenty of qualified supporters who can help turn this (slow) motion into an international movement, with the little snail as its symbol.

Regulamentações do *Cittaslow*

Políticas Ambientais

1. Verificação da qualidade do ar, da água, do solo dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei.
2. Planos para a promoção e divulgação da recolha de lixo, incluindo urbanas diferenciadas lixo e resíduos especiais.
3. Difusão e promoção de atividades industriais e de compostagem doméstica
4. Existência de uma unidade de purificação de águas residuais urbanas.
5. Plano Municipal para a poupança de energia, com referência especial à utilização de fontes alternativas de energia (de fontes renováveis, verde hidrogênio, mini usina hidrelétrica), e produzir calor a partir de biomassas.
6. Proibição de utilização de O.G.M. na agricultura.
7. Plano municipal para a regulamentação da arte comercial e sinais de trânsito.
8. Sistemas de controle da poluição eletromagnéticos.
9. Programa para controlar e reduzir a poluição sonora.
10. Sistemas e programas de controle da poluição luminosa.
11. Adoção de sistemas de gestão ambiental (EMAS, Ecolabel ou ISO 9001, ISO 14000, SA 8000 e da participação na Agenda 21).

Infra-estruturas Políticas

1. Planos para a melhoria e para a recuperação dos centros históricos e / ou obras de valor cultural ou histórico
2. Os planos de mobilidade segura e tráfego
3. Bicicleta faixas ligar escolas e edifícios públicos.
4. Planos alternativos favorecendo a mobilidade durante transporte privado e para a integração do tráfego com meios de transporte públicos e zonas marginais (extra-urbano de parques de estacionamento ligados ao transporte público, escadas rolantes, tapetes rolantes, ferroviário ou por cabo instalações, trilhas de bicicleta, percursos pedestres que dá acesso aos escolas, locais de trabalho, etc.).
5. Verificação da aplicação das D.L. 503 / 96 para garantir que os locais públicos e de interesse público são acessíveis para pessoas portadoras de deficiência e à remoção das barreiras arquitetônicas e acesso a tecnologias.
6. Promoção de programas para facilitar a vida familiar e das atividades locais (lazer, desporto, atividades que visam criar laços entre a escola e a família, assistência, incluindo assistência casa para os idosos e doentes crônicos, centros sociais, regulamentar plano municipal de expediente, retretes públicas).
7. Centro de assistência médica.
8. Qualidade de zonas verdes respeitando o mínimo de equipamento complementar, conforme estabelecido pelo DM 1444 / 68 e infra-estruturas de serviço (interligando áreas verdes, jogar razão, etc.)
9. Plano de distribuição das mercadorias e para a criação de "centros comerciais para produtos naturais".
10. Acordo com os comerciantes no que diz respeito ao acolhimento e assistência aos cidadãos em dificuldade.
11. Ordenamento da deterioração das zonas urbanas e projetos para a reutilização da cidade.
12. Programa para um redesenho urbano e para modernização.

Tecnologias e serviços de qualidade urbana

1. Janela para a bio-arquitetura e programas para a formação pessoal.
2. Dotar a cidade com cabos de fibra óptica e sistemas sem fios.
3. Adoção de sistemas de monitoramento com campos eletromagnéticos.

4. Proporcionar recusar recipientes de acordo com o ambiente ea paisagem e remoção de acordo com calendários estabelecidos.
5. Programas e promoção a plantações públicas e privadas locais, com importantes instalações ambientalmente adequadas, de preferência auto-gestionáveis, de acordo com critérios de paisagem jardinagem.
6. Planos para o fornecimento de serviços para os cidadãos (Divulgação dos serviços municipais através da Internet e dos planos para criar e educar os cidadãos na utilização de uma rede cívica baseada na internet).
7. Plano para o controle de ruído em áreas especificamente ruidosas.
8. Plano relativo a cores.
9. Promoção do tele-trabalho.

MANUTENÇÃO

1. Planos para o desenvolvimento da agricultura biológica.
2. Certificação da qualidade dos produtos artesanais produzidos e objetos artesanais e artísticos.
3. Programas para a salvaguarda do artesão e produtos artesanais em perigo de extinção.
4. Salvaguardar os métodos tradicionais de trabalho e profissões em um risco de extinção.
5. Utilização de produtos orgânicos e/ou aqueles que são produzidos no território e da preservação das tradições locais.
6. Programas de educação nutricional nas escolas e em colaboração com o *Slow Food*.
7. Favorecendo as atividades de vinhos e gastronômicas em risco de extinção com colaboração do *Presidia*.
8. Censo dos produtos típicos do território e apoio da sua comercialização (atualização dos mercados de produtos locais, a criação de espaços adequados).
9. Censo de árvores na cidade e aumentar o valor das árvores grandes ou "históricas árvores".
10. Promover e preservar manifestações culturais locais.
11. Promover o "urbano" e da escola para jardins autóctones culturas cultivadas com métodos tradicionais.

Hospitalidade

1. Os cursos de formação para informações turísticas e de qualidade hospitalidade.
2. Usando o turista internacional sinais em sinais de centros históricos com guiada roteiros turísticos.
3. Recepção políticas e planos para facilitar a aproximação dos visitantes da cidade e acesso à informação e serviços (estacionamento, extensão das horas de abertura dos serviços públicos, etc.);
4. Preparação de Itinerários da cidade (brochuras, websites, home pages, etc).
5. Atuar com operadores turísticos e armazenistas para consciência da necessidade de uma transparência de preços e as taxas de exposição de fora do negócio estabelecimentos.

Conscientização

1. Campanha de fornecer aos cidadãos informações sobre os objetivos e procedimentos do que uma cidade é lento, precedido de informação das intenções da administração para se tornar um *Slow City*.
2. Programas para envolver o tecido social em adquirir o "lento" como filosofia e aplicação do *Slow City*.
1. Programas para a divulgação do *Slow City* e *Slow Food*.

Requisitos Extraordinários

- Reunião para lançamento da lentidão na cidade e campanha de para o *Slow City* (obrigatório).
- Constituição e apoio do *Slow Food* e *Presidia* (nota de mérito).
- Estado, as cidades são obrigados a adicionar a marca Cittaslow (*Slow City*) ao seu timbre e municipais para adicionar o conteúdo da "lenta" filosofia ao seu site.